



# CICLO 2017

# Índice de Efetividade da Gestão Municipal

## MANUAL

PARA ENVIO DE INFORMAÇÕES  
REFERENTES AO **ANO DE 2016**





TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

#### **PRESIDENTE INTERINA**

Marianna Montebello Willeman

#### **CORREGEDORA-GERAL**

Marianna Montebello Willeman

#### **CONSELHEIROS**

José Gomes Graciosa  
Marco Antonio Barbosa de Alencar  
José Maurício de Lima Nolasco  
Jonas Lopes de Carvalho Júnior  
Aloysio Neves Guedes  
Domingos Inácio Brazão  
Marianna Montebello Willeman

#### **CONSELHEIROS SUBSTITUTOS**

Rodrigo Melo do Nascimento  
Marcelo Verdini Maia  
Andrea Siqueira Martins

#### **MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL**

Sergio Paulo de Abreu Martins Teixeira

#### **PROCURADORIA-GERAL DO TCE-RJ**

Sergio Cavalieri Filho

#### **SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO**

Nestor Lima de Andrade

#### **SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Luciano Penatieri Meira Lima

#### **SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO**

Sergio Ricardo do Sacramento

#### **SECRETARIA-GERAL DAS SESSÕES**

Simone Amorim Couto

## IEGM

### COORDENAÇÃO NACIONAL

Instituto Rui Barbosa - IRB  
([www.irbcontas.org.br](http://www.irbcontas.org.br))

### COORDENAÇÃO - JURISDIÇÃO TCE-RJ

Secretaria-Geral de Planejamento - SGP  
Nestor Lima de Andrade

### ELABORAÇÃO E METODOLOGIA

Divisão de Auditoria Eletrônica do TCE-SP  
Superintendência de Controle Externo do TCE-MG

### ADEQUAÇÃO TÉCNICA TCE-RJ

Secretaria-Geral de Planejamento - SGP  
Secretaria-Geral de Controle Externo - SGE  
Diretoria-Geral de Informática - DGI

### REVISÃO E DIAGRAMAÇÃO

Coordenadoria de Organização e Procedimentos - CAP

# Apresentação

Em um momento de clamor da sociedade por uma administração pública mais eficaz, transparente e que satisfaça os seus anseios por qualidade de vida e respeito ao cidadão, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) tem o prazer de anunciar mais uma participação no sentido de colaborar com a evolução da gestão pública, por meio da elaboração do Índice de Efetividade da Gestão Municipal, um projeto exemplar, coordenado pelo Instituto Rui Barbosa e em parceria com diversos outros Tribunais de Contas brasileiros.

A demanda generalizada por moralidade no trato com a coisa pública e o grave cenário de crise econômica em todo o país tornam ainda mais imprescindíveis o zelo com o erário, composto essencialmente por tributos pagos com inegável e reconhecido esforço do contribuinte. Impõe-se como uma necessidade premente, portanto, uma resposta contundente e satisfatória dos gestores públicos no sentido de atender aos desejos dos cidadãos por serviços mais eficientes, investimentos racionais e baseados em um planejamento sério e comprometido em suprir as reais carências da população. Da mesma forma, torna-se determinante uma gestão fiscal responsável, que proteja os recursos públicos e mantenha a capacidade de investimento dos entes governamentais, além de evitar cenários extremos, hoje infelizmente exemplificados pela incapacidade de alguns municípios honrarem o pagamento de seus servidores, entre outras mazelas.

Este trabalho, que será apurado e consolidado nacionalmente, permite uma aferição acurada, que, calcada numa metodologia meticulosa e tecnicamente concebida, se configura uma base sólida para o aprimoramento de mecanismos mais eficazes e transparentes de gestão.

Marianna Montebello Willeman  
Conselheira do TCE-RJ (Presidente Interina)

# Índice

## 1

Contexto Histórico Atual 02

## 2

O Que é o IEGM 03

## 3

Os Produtos Derivados do IEGM 04

3.1 Relatório de Informações Gerenciais (Anuário) 04

3.2 Site Infográfico 04

3.3 Relatório de Desempenho 05

## 4

As Dimensões do IEGM 06

4.1 i-EDUC 06

4.2 i-SAÚDE 06

4.3 i-PLANEJAMENTO 07

4.4 i-FISCAL 08

4.5 i-AMB 08

4.6 i-CIDADE 09

4.7 i-GOV TI 09

## 5

Dos pesos dos índices que compõem a elaboração final do IEGM 10

## 06

Das sínteses das metodologias utilizadas na construção dos 7 Índices Temáticos – IEGM 11

6.1 Síntese: i-EDUC 12

Memorial de Cálculos para Indicadores da Educação

6.2 Síntese: i-SAÚDE 23

Memorial de Cálculos para Indicadores da Saúde

6.3 Síntese i-PLANEJAMENTO 35

Memorial de Cálculos para indicadores do Planejamento

6.4 Síntese: i-FISCAL 46

Memorial de Cálculos para Indicadores dos Aspectos Fiscais

6.5 Síntese: i-AMB 57

Memorial de Cálculos para Indicadores do Meio Ambiente

6.6 Síntese: i-CIDADE 61

Memorial de Cálculos para Indicadores da Proteção da Cidade

6.7 Síntese: i-GOV TI 64

Memorial de Cálculos para Indicadores da Governança de TI

## 7

Composição Final do IEGM 69

## 8

Faixas de Resultado 70

## 9

Regras das faixas de Resultado 72

## 10

Considerações finais 73



# **Exposição de Motivos do IEGM**

# 1.

## Contexto histórico atual

Os governos brasileiros têm enfrentado mudanças profundas na condução de suas políticas públicas, tanto pela atual situação econômica quanto pelas crescentes

reivindicações da população, gerando impactos significativos na vida de todos.

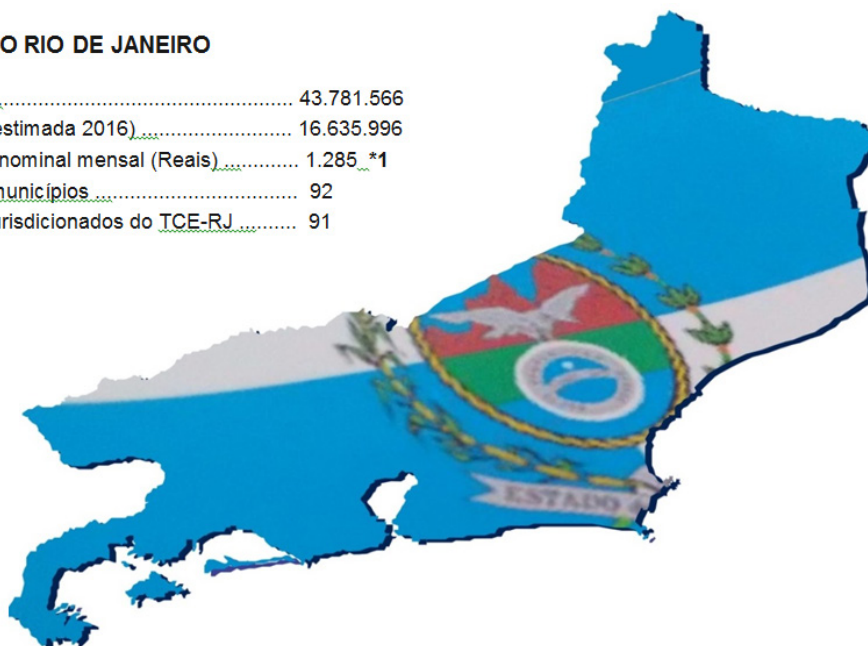
As intervenções, ações e operações realizadas por autoridades públicas, independentemente de sua esfera e da sua natureza, têm impactado na forma como o Estado se torna parceiro ou não dos interesses sociais.

O atual cenário indica a necessidade de uma gestão pública voltada para resultados, cuja análise das necessidades sociais revela forte enfoque na qualidade da prestação dos serviços públicos.

Os serviços públicos precisam ser continuamente modernizados, eficientes e efetivos, para acompanhar a evolução das necessidades sociais. É nesse contexto que o Tribunal de Contas promove o índice de efetividade da gestão municipal – IEGM.

### ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Área (km <sup>2</sup> ).....	43.781.566
População (estimada 2016).....	16.635.996
Rendimento nominal mensal (Reais).....	1.285 *1
Numero de municípios.....	92
Municípios jurisdicionados do TCE-RJ.....	91



\*1 IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2015. As estimativas de rendimento aqui apresentadas atendem ao disposto na Lei Complementar nº 143/2013, que estabelece os novos critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e, em consequência, aos compromissos assumidos quanto à definição dos valores a serem repassados ao Tribunal de Contas da União (TCU) para o cálculo dos fatores representativos do inverso da renda domiciliar *per capita*.



# 2.

## O QUE É O IEGM

O Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM mede a qualidade dos gastos municipais e avalia as políticas e atividades públicas do gestor municipal. Apresenta, ao longo do tempo, se a visão e os objetivos estratégicos dos municípios estão sendo alcançados de forma efetiva. Ele pode ser utilizado como mais um instrumento técnico nas análises das contas públicas, sem perder o foco do planejamento em relação às necessidades da sociedade.

O IEGM permite observar quais são os meios utilizados pelos municípios jurisdicionados no exercício de suas atividades que devem ser disponibilizadas em tempo útil, nas quantidades e qualidades adequadas e ao melhor preço (economia), de modo a entender a melhor relação entre os meios utilizados e os resultados obtidos (eficiência), visando ao alcance dos objetivos específicos fixados no planejamento público (eficácia)<sup>1</sup>.

Ele propicia também a formulação de relatórios objetivos em áreas sensíveis do planejamento público para a alta administração da Corte de Contas e alimenta com dados técnicos as equipes de fiscalização, em complementação às ferramentas hoje disponíveis.

O IEGM é um índice perene que proporciona visões da gestão pública para 7 dimensões da execução do orçamento público:

- Educação;
- Saúde;
- Planejamento;
- Gestão Fiscal;
- Meio Ambiente;
- Cidades Protegidas;
- Governança em Tecnologia da Informação.

Essas dimensões foram selecionadas a partir de sua posição estratégica no contexto das finanças públicas<sup>2</sup>.

O índice é composto pela combinação dos seguintes itens:

- Dados governamentais;
- Dados de prestação de contas;
- Informações levantadas a partir de questionários preenchidos pelas Prefeituras Municipais.

O IEGM abrange todos os municípios do Estado, com exceção da Capital.

Essa nova tecnologia de fiscalização implica uma diferente repartição de atividades e responsabilidades em matéria de execução do orçamento, o que deve ser cuidadosamente tomado em consideração nas fases de planejamento e a realização de auditorias de resultados, bem como de elaboração de relatórios que serão fornecidos aos Exmos. Conselheiros e ao controle externo.

Apresentar os resultados da aplicação dos recursos públicos é dever do Estado, não só por sua obrigação legal, mas também para

---

<sup>1</sup> C f. Manual de Auditoria de Resultados do Tribunal de Contas Europeu (disponível em [http://www.eca.europa.eu/Lists/ECADocuments/PERF\\_AUDIT\\_MANUAL/PERF\\_AUDIT\\_MANUAL\\_PT.PDF](http://www.eca.europa.eu/Lists/ECADocuments/PERF_AUDIT_MANUAL/PERF_AUDIT_MANUAL_PT.PDF)).

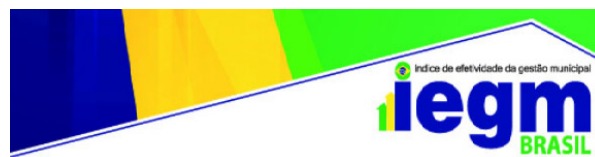
---

<sup>2</sup> A priorização considerou decisões dos Tribunais de Contas e as disposições normativas da Lei nº 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

atender ao princípio da moralidade no qual deve se pautar a gestão pública, dessa forma conquistando a legitimidade de suas ações para o bem comum da sociedade. Em uma visão direta e sintética, o IEGM apresenta produtos finais para a alta administração da Casa (Presidência e Conselheiros), para as equipes de fiscalização e, principalmente, para a sociedade e outros órgãos de controle externo (informações da gestão pública municipal).

## RESULTADOS do CICLO 2016

### Ano Base 2015



[www.iegm.irbcontas.org.br](http://www.iegm.irbcontas.org.br)

# 3.

## Os Produtos Derivados do IEGM

Os dados do IEGM serão consolidados e apresentados no anuário IEGM Brasil, que é o resultado do trabalho de aplicação do referido índice nos municípios brasileiros.

### 3.1 RELATÓRIO INFORMAÇÕES GERENCIAIS (ANUÁRIO)

O Relatório de Informações Gerenciais – Anuário consolida o resultado das 7 dimensões do IEGM e abrange todos os municípios participantes.

Os dados são apresentados graficamente e com análises de alguns quesitos para a alta administração.

Esta abordagem gerencial permite uma visão ampla dos resultados obtidos pelo planejamento da gestão municipal. Para alguns quesitos é possível identificar até uma tendência de comportamento ou um padrão de qualidade do serviço público de acordo com o conjunto de medidas adotadas no decorrer de cada ano de gestão pública.

### 3.2 SITE INFOGRÁFICO

O site infográfico é o relatório eletrônico publicado no Portal WEB do Instituto Rui Barbosa ([www.irbcontas.org.br](http://www.irbcontas.org.br)), que organiza e disponibiliza informações à sociedade e aos demais órgãos de controle por meio do monitoramento dos planejamentos e gestões dos agentes públicos nas 7 (sete) dimensões monitoradas.

Os dados apresentados contribuem para o aprimoramento dos controles externo e interno, permitindo-lhes funcionar como ferramenta de apoio à gestão pública.

Esse site agrega os novos conceitos de utilização das informações (forma fácil de compreender os dados) postas à disposição da sociedade por meio de infográficos.

As informações no site apontam aos agentes e gestores públicos os indicadores finalísticos quanto à realização de gastos, de modo a permitir análises comparativas, subsidiando a tomada de decisões para melhoria da aplicação dos recursos públicos nos seus processos.

### 3.3 RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Este relatório tem como finalidade fornecer ao gestor municipal a possibilidade de comparar o desempenho de seu município com outros similares, possibilitando identificar as melhores práticas e consequentemente, contribuir para uma melhora no desempenho da Administração Pública Municipal.

O artefato é baseado exclusivamente em informações prestadas pelos próprios Municípios, as quais são validadas pelos respectivos órgãos de controle interno que coleta e responde pela guarda das evidências apuradas emitindo o certificado de validação, conforme **Deliberação TCE-RJ nº 271/17**, que serão analisados durante as ações de fiscalização do Tribunal. Desse modo, variáveis como o gasto na educação, por exemplo, somente são consideradas definitivas após o trânsito em julgado do Parecer emitido pelo Relator das respectivas contas.

# 4.

## AS DIMENSÕES DO IEGM

O IEGM é fruto de diversos eventos e reuniões com agentes políticos paulistas, técnicos de outros órgãos estaduais (Secretarias da Educação, da Saúde, do Meio Ambiente, da Defesa Civil), órgãos da sociedade civil e, principalmente, baseado nas atividades de controle externo, além de conversas e troca de informações entre técnicos dos Tribunais de Contas do Brasil.

Essas atividades permitiram entender e apresentar os 7 índices componentes do IEGM, cada um baseado na respectiva dimensão da gestão pública apresentada anteriormente:

- **i-EDUC:** Índice Municipal da Educação;
- **i-SAÚDE:** Índice Municipal da Saúde;
- **i-PLANEJAMENTO:** Índice Municipal do Planejamento;
- **i-FISCAL:** Índice Municipal da Gestão Fiscal;
- **i-AMB:** Índice Municipal do Meio Ambiente;
- **i-CIDADE:** Índice Municipal de Cidades Protegidas;
- **i-GOV TI:** Índice Municipal de Governança de Tecnologia da Informação.

### 4.1 i-EDUC

2016

#### Objetivo

Apresentar a lista com o posicionamento de municípios jurisdicionados com indicadores que estabeleçam uma métrica das ações sobre a gestão da Educação Pública Municipal na sua esfera de responsabilidade, que impactam a qualidade dos serviços e a vida das pessoas.

#### Metodologia Aplicada

É fornecida a cada órgão jurisdicionado uma série de quesitos específicos de gestão municipal relativos à educação infantil, creches e pré-escolas e Ensino Fundamental I que devem ser respondidos eletronicamente.

### 4.2 i-SAÚDE

2016

#### Objetivo

Apresentar a lista com o posicionamento de municípios jurisdicionados a partir de indicadores que estabeleçam uma métrica das ações sobre a gestão da Saúde Pública

Municipal, na esfera de responsabilidade municipal, que impactam a qualidade dos serviços e a vida das pessoas.

Esta versão traz quesitos com o objetivo de avaliar o cumprimento de alguns indicadores previstos na Pactuação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores para os Anos de 2013-2015 do Ministério da Saúde.

## Metodologia Aplicada

É fornecida a cada órgão jurisdicionado uma série de quesitos específicos de gestão municipal da Saúde voltados à Atenção Básica, que devem ser respondidos eletronicamente.

Alguns indicadores da Secretaria da Saúde são estudados para entendimento dos processos realizados pelas prefeituras e elaboração do questionário de atividades finalísticas, porém tais fatores não são considerados para o cálculo do resultado final do i-SAÚDE.

### 4.3 i-PLANEJAMENTO

2016

#### Objetivo

O índice do planejamento permite ordenar os municípios quanto ao que foi planejado e realizado em matéria de programas e ações, possibilitando ao usuário da informação entender, de maneira ampla, como se deu esse processo, apontando para os possíveis resultados.

Para isso, analisamos os percentuais gerados em relação à execução, comparando essa com o que foi estabelecido no planejamento da entidade. Por meio desse comparativo, é possível visualizar os reflexos na qualidade de vida dos municípios (sejam diretos ou indiretos).

Além dos aspectos relacionados ao cumprimento do que foi planejado, também é possível identificar a existência de coerência entre as metas físicas alcançadas e os recursos empregados, bem como entre os

resultados alcançados pelas ações e seus reflexos nos indicadores dos programas.

Nesta segunda versão do i-Planejamento acrescentamos quesitos destinados a avaliar todas as etapas do planejamento, com a finalidade de melhor conhecer os processos ligados a esta dimensão do IEGM.

## Metodologia Aplicada

Pesquisando outros índices desenvolvidos por renomados órgãos, sejam nacionais ou internacionais, observamos que o índice é um valor agregador de outros valores, que procura expressar em um número o resultado de várias análises realizadas, a fim de proporcionar, de maneira precisa e rápida, uma conclusão sobre o tópico analisado.

O índice é formado por indicadores, que são situações avaliadas de um determinado fato. Um exemplo é o índice de inflação, no qual a variação de cada um dos produtos que constam da cesta gera um indicador. Ao agregá-los (por soma, diferença ou outro método) apura-se o resultado do índice desejado.

No presente caso, em que desejamos apurar o índice do planejamento, consideramos os seguintes indicadores, detalhados com a sua apuração:

- Coerência entre os resultados dos indicadores dos programas e das metas das ações;
- Confronto entre o resultado físico alcançado pelas metas das ações e os recursos financeiros utilizados;
- Percentual de alteração do planejamento inicial;
- Percentual da taxa de investimento estabelecida no planejamento inicial e a executada.

## 4.4 i-FISCAL

2016

### Objetivo

O índice da gestão fiscal permite ordenar os municípios quanto à política fiscal estabelecida e executada (direta ou indiretamente), habilitando o usuário da informação a entender, de maneira ampla, o comportamento das decisões tomadas pelos responsáveis na administração municipal no que diz respeito à parte fiscal.

Para isso, são analisadas a execução financeira e orçamentária, a manutenção dos limites legais estabelecidos, as decisões em relação à aplicação de recursos vinculados e a transparência da administração municipal.

Além dos aspectos relacionados à obediência aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, é possível acompanhar se questões como endividamento, planejamento e metas são conduzidos segundo uma gestão adequada, a fim de não comprometer as receitas futuras e a prestação de serviços públicos à população local.

### Metodologia Aplicada

Conforme exposto anteriormente, o i-Fiscal é também um índice que reflete o valor agregado de outros valores, que procura expressar em um número o resultado de várias análises realizadas. No presente caso, em que desejamos apurar o índice da Gestão Fiscal, consideramos os seguintes indicadores, detalhados com a sua apuração:

- Análise da Receita (execução orçamentária);
- Análise da Despesa (execução orçamentária);
- Análise da execução orçamentária;
- Análise dos Restos a Pagar – até o bimestre (dívida flutuante);

- Despesas com Pessoal – Poder Executivo;
- Despesa com Pessoal - Poder Legislativo;
- Apuração do resultado financeiro (superávit/déficit);
- Apuração da dívida fundada (aumento/redução);
- Apuração dos pagamentos dos precatórios;
- Repasse de duodécimos às Câmaras;
- Transparência: atas de elaboração, avaliação e aprovação, pareceres e publicações realizadas.

## 4.5 i-AMB

2016

### Objetivo

Apresentar a lista com o posicionamento de municípios jurisdicionados com indicadores que estabeleçam uma métrica das ações sobre o meio ambiente que impactam a qualidade dos serviços e a vida das pessoas, como exemplo: resíduos sólidos, educação ambiental, estrutura ambiental, conselho ambiental etc.

### Metodologia Aplicada

É fornecida a cada órgão jurisdicionado uma série de quesitos específicos de Meio Ambiente que devem ser respondidos eletronicamente.

## 4.6 i-CIDADE

2016

### Objetivo

Apresentar a lista com o posicionamento de municípios jurisdicionados com indicadores que estabeleçam o grau de envolvimento no planejamento municipal para proteção dos cidadãos frente a possíveis eventos de sinistros e desastres.

### Metodologia Aplicada

É fornecida a cada órgão jurisdicionado uma série de quesitos específicos sobre a proteção realizada em suas cidades que devem ser respondidos eletronicamente.

As métricas matemáticas deste índice componente permitem a visualização da gestão municipal quanto ao grau de inter-relacionamento com outros órgãos de suporte e a sua gestão quanto à preparação e reação em situações de emergência.

## 4.7 i-GOV TI

2016

### Objetivo

Apresentar a relação com o posicionamento de municípios jurisdicionados com indicadores que estabeleçam uma métrica que mensure o conhecimento e o uso dos recursos de Tecnologia da Informação em favor da sociedade.

### Metodologia Aplicada

É fornecida a cada órgão jurisdicionado uma série de quesitos específicos de TI que devem ser respondidos eletronicamente.

Os cálculos matemáticos são realizados por meio de algoritmos e rotinas computacionais utilizando os pesos atribuídos a cada quesito.

# 5.

## Dos pesos dos índices que compõem a elaboração final do IEGM

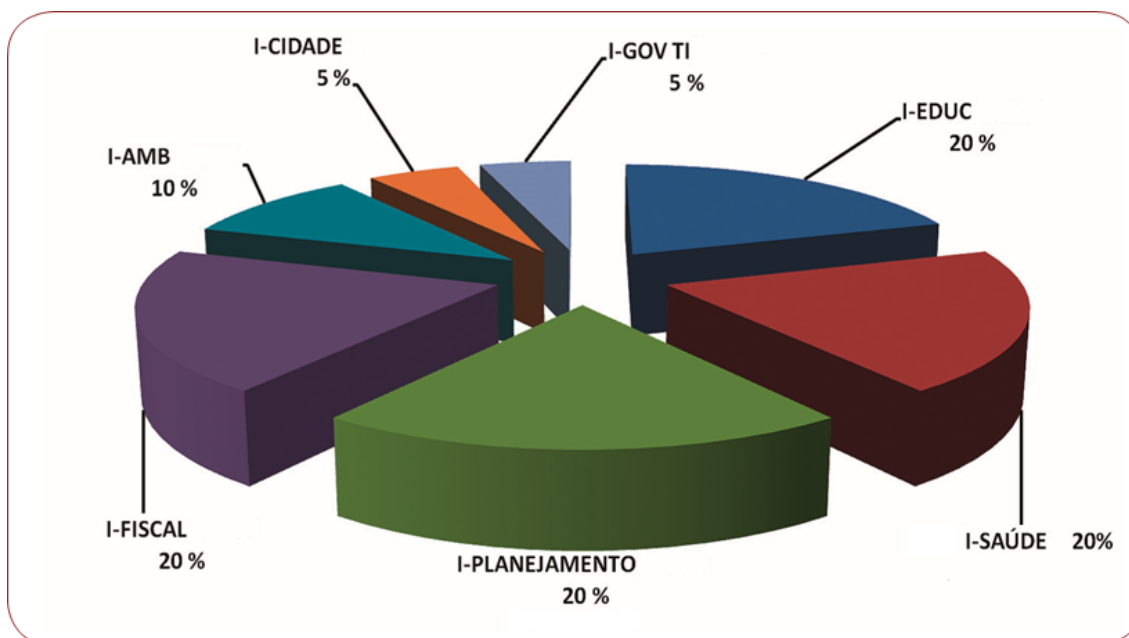
O IEGM é o índice final que reúne os índices apurados nas 7 dimensões apresentadas.

Para compreender a gestão municipal nessas dimensões, utilizamos a métrica de ponderação que melhor reflete o grau de relevância das apurações.

A distribuição das ponderações foi baseada no volume de despesas realizadas nos exercícios de 2011, 2012 e 2013, por função de governo (“Ensino”, “Saúde”, “Administração” etc.<sup>4</sup>), apurado pelo TCE-SP. Nos casos em que o índice não possui uma função de governo diretamente atrelada, ela foi relacionada com a função que apresenta maior semelhança (por exemplo: o I-GOV TI toma por base a função “Administração”).

Os dados das despesas utilizados para a apuração das ponderações foram extraídos da execução orçamentária dos municípios, de acordo com a obrigação de prestação de contas estabelecida na legislação.

Apresentamos a seguir os valores ponderados dos índices componentes do IEGM:



4 Conforme Portaria nº 42/99 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.



# 6.

## Das sínteses das metodologias utilizadas na construção dos 7 índices temáticos – IEGM

Os procedimentos empregados na construção dos índices e indicadores, com seus quesitos, posicionamento e critérios finalísticos, resultam do apoio de servidores de Tribunais de Contas, especialistas de outros órgãos e sociedade civil em diversas reuniões de trabalho.

Esse processo insere-se em um contexto de diálogos e discussões teórico-metodológicos que se aprofundou com a perspectiva de buscar novas tecnologias de fiscalização concomitante e de auditoria de resultados.

No que tange à composição temática – 7 dimensões – e às fontes de informação, o IEGM articula uma grande variedade dos aspectos geridos pelo gestor municipal – Educação, Saúde, Meio Ambiente, Proteção das Cidades etc. – que muito influenciam a qualidade de serviços e o cotidiano de seus munícipes.

## MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DA EDUCAÇÃO

QUESITOS	PONTUAÇÕES
<p>1. A prefeitura municipal realizou ações e medidas para monitoramento da taxa de abandono das crianças na idade escolar - Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?</p> <p><b>Obs.:</b> Considerar apenas as ações e medidas documentadas. Apenas a ligação para o telefone cadastrado do aluno não caracteriza medida para reduzir a taxa de abandono.</p>	SIM – 05
	Quantas crianças abandonaram os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) por necessidade de trabalho?
	Quantas crianças abandonaram os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) por dificuldades de aprendizado?
	Quantas crianças abandonaram os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) por causa de doenças crônicas?
	Quantas crianças abandonaram os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) por falta de incentivo dos pais?
	Quantas crianças abandonaram os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) por outros motivos?
	NÃO – 00
<p>2. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de creches em 2016?</p> <p><b>Obs.:</b> O levantamento deve abranger a quantidade de demanda de todas as crianças do município, na faixa etária de 0 a 3 anos.</p>	SIM – 05
	Qual o número?
	NÃO – 00
<p>3. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de pré-escola em 2016?</p> <p><b>Obs.:</b> O levantamento deve abranger a quantidade de demanda de todas as crianças do município, na faixa etária de 4 a 6 anos.</p>	SIM – 05
	Qual o número?
	NÃO – 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES
4. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) escolar em 2016?	SIM – 03
	Qual o número?
	NÃO – 00
5. A prefeitura aplicou algum programa municipal de avaliação de rendimento escolar?  <b>Obs.:</b> Informe a razão social da empresa conforme o CNPJ e informe o nº do CNPJ entre parêntesis, se for o caso.	SIM, avaliação própria – 03
	Sim, aderiu ao Programa Estadual de avaliação (SAERJ, SAERJINHO, IDERJ) – 02
	Sim, aderiu ao Programa Nacional de avaliação (ANEB, Prova Brasil, ANA, ENEM) – 01
	Sim, terceirizada – 01 Qual a empresa?
	Não aplicou – 00
6. A prefeitura municipal utilizou algum indicador de qualidade para análise da educação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?	SIM – 03
	NÃO – 00
7. Que indicador(es) de qualidade foram utilizados pela prefeitura municipal para análise da educação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?	IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
	IDERJ
	Outro – Qual?
8. O município possui o Plano Municipal de Educação?  <b>Obs.:</b> Lei Municipal no formato nº nnnn/aa	SIM – 05 Informe nº da lei e data da promulgação:
	Não – 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES
<p>9. Sobre a infraestrutura de ensino com apoio da Tecnologia, todas as escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) possuem laboratórios ou sala de informática com computadores para os alunos da rede escolar municipal?</p>	<p>SIM – 03</p> <p>Qual a quantidade de computadores em funcionamento destinados às aulas de informática em todas as escolas do município?</p> <p><b>Obs.</b> A quantidade de computadores em funcionamento é igual ao total de computadores destinados aos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) em todas as escolas do município.</p> <p>NÃO – 00</p>
<p>10. Sobre a infraestrutura das escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), informe:</p>	<p>Quantidade de escolas adaptadas para receber crianças com deficiência (rampas e vias de acesso à escola, adaptação de salas de aula, banheiros e áreas de esporte e recreação):</p> <p>Quantidade de escolas que possuem quadra poliesportiva coberta com dimensões mínimas (18mx30m):</p>
<p>11. Sobre a infraestrutura e necessidade de reparos nas unidades de ensino destinadas à creche, pré-escola e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) do município no ano de 2016, responda:</p> <p><b>Obs.:</b> Informe um número inteiro maior ou igual a 0 (zero).</p>	<p>Quantas unidades de ensino necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados, etc) em dezembro de 2016?</p> <p>Quantas unidades de ensino tiveram seu funcionamento interrompido ou foram abandonadas por problemas de infraestrutura?</p>
<p>12. Número de crianças de 4 a 5 anos de idade não matriculadas na pré-escola em 2016:</p> <p><b>Obs.:</b> Informe um número inteiro maior ou igual a 0 (zero).</p>	
<p>13. Qual o piso salarial municipal dos professores?</p> <p><b>Obs.</b> Informar o valor do piso salarial correspondente à jornada de 40 horas semanais no formato 9999,99. Salário mínimo nacional: R\$937,00 (Lei nº 13.152/2015).</p>	<p>Creche:</p> <p>Pré-escola:</p> <p>Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano):</p>
<p>14. O município divulga e cumpre o cardápio pré-estabelecido pela nutricionista?</p>	<p>SIM – 03</p> <p>NÃO – 00</p>

QUESITOS	PONTUAÇÕES
15. Existe um estudo anual do traçado e tempo de viagem das rotas do transporte escolar?	SIM Qual a média de tempo (em minutos)?
	NÃO
16. Qual a idade média da frota escolar, em anos?  <b>Obs.</b> Idade média = (Somatório [(Ano de 2016) - (Ano de fabricação de cada veículo)]) / (número total de veículos da frota escolar).	
17. Como é feita a preparação da merenda no município?	Cozinha piloto própria
	Nas escolas (que possuem merendeiras próprias)
	Terceirizada Qual o custo unitário médio do almoço?
18. Existe um controle por meio de relatórios elaborado pela nutricionista que permita atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos e acompanhamento/aceitação do cardápio proposto na rede escolar municipal?	Sim, semanalmente – 02
	Sim, mensalmente – 01
	Não – 00
19. Todos os professores da Educação Básica possuem formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, conforme instituído no art. 61 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996?  <b>Obs.:</b> Informe o percentual, variando-se de 0,00 a 99,99. Utilize apenas números, vírgula e duas casas decimais.	SIM – 05
	NÃO – 00 Qual o percentual de professores que possuem?
20. O Conselho de Alimentação Escolar elaborou atas que permitam atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos, bem como avaliar o cardápio e sua aceitação pelos alunos, considerando itens como quantidade e qualidade, variedade, respeito aos hábitos locais e regionais, adequação ao horário, conservação e manuseio dos alimentos e condições higiênicas dos locais de preparo e serviço?	SIM – 04 Qual a quantidade de visitas que o CAE realizou nas escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) no ano de 2016?
	NÃO – 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES
<p>21. O município utilizou algum programa específico que desenvolveu as competências de leitura e escrita de seus alunos na rede municipal?</p> <p><b>Obs.:</b> Não considerar treinamentos voltados para os professores.</p> <p><b>Obs.:</b> Cada percentual de cobertura deve estar na faixa entre 0,00 e 100,00.</p>	SIM – 04 Qual?
	Percentual de cobertura - 1º ano:
	Percentual de cobertura - 2º ano:
	Percentual de cobertura - 3º ano:
	Percentual de cobertura - 4º ano:
	Percentual de cobertura - 5º ano:
	NÃO – 00
<p>22. Qual o total de turmas para creche?</p> <p><b>Obs.:</b> Informe um número inteiro maior ou igual a 0 (zero).</p>	
<p>23. Qual o total de turmas para pré-escola?</p> <p><b>Obs.:</b> Informe um número inteiro maior ou igual a 0 (zero).</p>	
<p>24. Qual o total de turmas para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?</p> <p><b>Obs.:</b> Informe um número inteiro maior ou igual a 0 (zero).</p>	
<p>25. Qual a quantidade de alunos que terminaram o 5º ano do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) em 2016?</p> <p><b>Obs.:</b> Informe um número inteiro maior ou igual a 0 (zero).</p>	
<p>26. Qual a quantidade de alunos matriculados no 5º ano do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) em 2016 que tiveram aproveitamento no 6º ano do Ensino Fundamental em 2017?</p> <p><b>Obs.:</b> Informe um número inteiro maior ou igual a 0 (zero).</p>	
<p>27. Existe registro sobre a quantidade total (dias) de ausência dos professores por faltas (incluindo os afastamentos legais) para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?</p> <p><b>Obs.</b> Todos os dias de ausência de professor dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) no ano de 2016 (justificadas ou injustificadas)</p>	SIM Informe a quantidade total em dias de ausência dos professores
	Faltas injustificadas:
	Faltas justificadas:
	Licença médica:

	Licença maternidade/paternidade:
	Abonos:
	Outros: (inclusive ausências pontuais amparadas por lei).
	NÃO

QUESITOS	PONTUAÇÕES
28. Qual a quantidade de unidades públicas municipais de ensino (estabelecimentos físicos) destinadas à creche, pré-escola e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) em 2016?	
29. Quantas vagas foram disponibilizadas no ano de 2016 para período integral?  <b>Obs.:</b> Informe um número inteiro maior ou igual a 0 (zero).	Creche:
	Pré-escola:
	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano):
30. Existe Conselho Municipal de Educação estruturado e atuante com a composição de membros completa e de acordo com a legislação?	SIM – 04
	NÃO – 00
31. Quanto foi aplicado de recursos municipais, em reais, na capacitação e avaliação do corpo docente municipal em 2016?	Creche:
	Pré-escola:
	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano):
32. O município utiliza material didático elaborado por empresa terceirizada (livros e/ou apostilas de sistemas de ensino)?	SIM
	Preencha a resposta informando a razão social da empresa conforme consta do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, da Receita Federal, colocando o CNPJ entre parêntesis. Utilize preferencialmente, uma linha do campo de resposta para cada empresa.
	NÃO

QUESITOS	PONTUAÇÕES
33. Qual a principal razão para pagamento de horas extras para os professores?	Não existe pagamento de horas extras
	Realização de feiras e eventos aos finais de semana
	Absenteísmo de professores
	Cobertura de férias e licenças
	Não possui equipe completa
	Outro - qual?
34. O município possui levantamento da distorção idade/série nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?	SIM
	NÃO
35. Qual a data de início do ano letivo de 2016?	
36. Quanto às bibliotecas e salas de leitura na rede municipal, responda:  <b>Obs.</b> Caso a escola possua biblioteca e também sala de leitura, esta deve ser contabilizada apenas uma vez, no valor referente a escolas com biblioteca.	Quantas escolas da rede municipal possuem bibliotecas?  <b>Obs.</b> A definição de biblioteca, segundo os critérios do FUNDEB, exige a presença de um bibliotecário.
	Quantas escolas da rede municipal possuem sala de leitura?
37. Houve entrega do material didático (livros, apostilas, etc.) aos alunos na rede municipal?  <b>Obs.:</b> Caso a data de entrega não tenha sido a mesma em todas as escolas, informe a data referente à última entrega em unidade escolar.	SIM Data da entrega: - se data <= início das aulas (04 pontos) - se data < início das aulas + 15 dias (02 pontos) - se data >= início das aulas + 15 dias (00 ponto)
	NÃO – 00



QUESITOS	PONTUAÇÕES
<p>38. Houve entrega do uniforme escolar à rede municipal?</p> <p><b>Obs.:</b> Caso a data de entrega não tenha sido a mesma em todas as escolas, informe a data referente à última entrega em unidade escolar.</p>	<p>SIM Data da entrega:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- se data &lt;= início das aulas (04 pontos)</li> <li>- se data &lt; início das aulas + 30 dias (02 pontos)</li> <li>- se data &gt;= início das aulas + 30 dias (00 ponto)</li> </ul> <p>NÃO – 00</p>
<p>39. Existe um programa de inibição ao absenteísmo de professores em sala de aula (incluindo os afastamentos legais)?</p>	<p>Sim, com benefício financeiro; com processo de perícia médica municipal; com programas de prevenção à saúde do professor – 05</p> <p>Não – 00</p>
<p>40. Qual o número da lei?</p> <p><b>Obs.:</b> Formato: Lei municipal nº nnnn/aa.</p>	
<p>41. Informe o total de horas de treinamento e capacitação oferecidos pelo município destinados a professores no exercício de 2016:</p> <p><b>Obs.:</b> Informe um número inteiro maior ou igual a 0 (zero).</p>	<p>Creche:</p> <p>Pré-escola:</p> <p>Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano):</p>
<p>42. Houve entrega do kit escolar à rede municipal?</p> <p>EXEMPLO de composição de um kit escolar:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Caderno “Brochurão” – 4 unidades (96 folhas cada)</li> <li>- Caderno de Desenho – 1 unidade (96 folhas cada)</li> <li>- Régua 30 cm – 1 unidade</li> <li>- Lápis de cor grande (12 cores) – 2 caixas</li> <li>- Lápis grafite – 4 unidades</li> <li>- Lápis grafite de resina termoplástica – 4 unidades</li> <li>- Caneta esferográfica azul – 4 unidades</li> <li>- Apontador com depósito – 6 unidades</li> <li>- Borracha branca – 3 unidades</li> <li>- Tubo de cola branca – 3 unidades</li> <li>- Giz de cera (12 cores grande) – 1 caixa</li> <li>- Guache (12 cores) – 1 caixa</li> </ul>	<p>SIM Data da entrega:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- se data &lt;= início das aulas (04 pontos)</li> <li>- se data &lt; início das aulas + 15 dias (02 pontos)</li> <li>- se data &gt;= início das aulas + 15 dias (00 ponto)</li> </ul> <p>NÃO – 00</p>

QUESITOS	PONTUAÇÕES
<p>43. Quantas reuniões foram realizadas pelo Conselho Municipal de Educação no último exercício?</p> <p><b>Obs.:</b> Para o cômputo da quantidade de reuniões, não se deve considerar reuniões de eleição/exclusão de membros, aprovação de orçamento ou outro assunto não relacionado à natureza finalística do Conselho.</p>	8 ou mais reuniões – 04
	6 a 7 reuniões – 02
	4 a 5 reuniões – 01
	0 a 3 reuniões – 00
<p>44. Quanto ao número de profissionais da educação não docentes (Exemplo: monitor, pedagoga, psicóloga, secretária, etc) atuantes nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), informe:</p> <p><b>Obs.:</b> Informe um número inteiro maior ou igual a 0 (zero).</p>	Número de profissionais ocupantes de cargos de provimento efetivo:
	Número de profissionais temporários:
<p>45. Sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, informe, com base na Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007:</p> <p><b>Obs.:</b> Informe o percentual, variando-se de 0,00 a 100,00. Utilize apenas números, vírgula e duas casas decimais.</p>	Percentual aplicado dos recursos oriundos do fundo: $\geq 95\%$ – 04
	Percentual aplicado dos recursos oriundos do fundo aplicado no magistério: $< 95\%$ – 00
	$\geq 60\%$ Magistério – 04 $< 60\%$ Magistério – 00
<p>46. Com base no Art. 212 da Constituição da República Federativa do Brasil, informe:</p> <p>A prefeitura aplicou o mínimo constitucional?</p>	SIM – 14
	NÃO – 00
47. Qual a quantidade de matrículas realizadas em creche?	
48. Qual a quantidade de matrículas realizadas em pré-escola?	
49. Qual a quantidade de matrículas realizadas no Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?	
50. Qual a quantidade de professores efetivos destinados à creche?	
51. Qual a quantidade de professores temporários destinados à creche?	
52. Qual a quantidade de professores efetivos destinados à pré-escola?	
53. Qual a quantidade de professores temporários destinados à pré-escola?	
54. Qual a quantidade de professores efetivos destinados aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?	

QUESITOS	PONTUAÇÕES
55. Qual a quantidade de professores temporários destinados aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?	
56. Informe a porcentagem de professores efetivos com pós-graduação:	Creche:
	Pré-escola:
	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano):
57. Quantos estabelecimentos municipais de ensino destinados à creche, pré-escola e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) estavam funcionando durante o exercício de 2016?  Exemplo: Caso haja escola mista de pré-escola e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), considerar 1 estabelecimento em pré-escola e 1 em Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano).	Creche:
	Pré-escola:
	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano):
58. Quantos estabelecimentos de ensino estavam funcionando em período integral durante o exercício de 2016?  Exemplo: Caso haja escola mista de pré-escola e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), considerar 1 estabelecimento em pré-escola e 1 em Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	Creche:
	Pré-escola:
	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano):
59. Qual a quantidade total de professores/profissionais de educação em sala de aula para atendimento constante e direto dos alunos da rede municipal?  <b>Obs.:</b> Considerar como total de professores efetivos, temporários, contratados e outros.	Creche:
	Pré-escola:
	1º ano - Ensino Fundamental:
	2º ano - Ensino Fundamental:
	3º ano - Ensino Fundamental:
	4º ano - Ensino Fundamental:
	5º ano - Ensino Fundamental:

<b>TOTALIZAÇÃO</b>	<b>Peso da Dimensão Saúde Pública</b>
Pontos máximos: 100 Pontos mínimos: 000	i-EDUC: 20/100 – 0,20 (20%)

**FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL**  
**i-EDUC = (Somatório dos indicadores)/100**

## MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DA SAÚDE

QUESITOS	PONTUAÇÕES
1. O município possui informação sistematizada sobre os gargalos/demanda reprimida de atendimento ambulatorial/hospitalar de média e alta complexidade de referência para a Atenção Básica?	SIM – 12 Qual é o tempo médio de espera (em dias) até a primeira consulta?
	NÃO – 00
2. O município disponibiliza consultas médicas à distância utilizando instrumentos tecnológicos (telefone, Internet, etc.)?	SIM – 00
<b>Obs.:</b> Não considerar marcação de consulta nem orientação médica emergencial. Também não considerar nesta questão o Telessaúde Brasil Redes, lançado pelo Ministério da Saúde, com objetivo de otimizar o atendimento à população, conectando profissionais da Atenção Básica a especialistas vinculados a instituições de referência.	NÃO – 05
3. O Município divulga nas UBSs em local acessível ao público a escala atualizada de serviço dos profissionais de saúde contendo o nome e o horário de entrada e saída destes servidores?	SIM – 05
	NÃO – 00
4. Os locais de atendimento médico-hospitalar e as unidades de saúde de atenção básica municipais estão regulares perante o Corpo de Bombeiros (mediante documento que ateste a regularidade, após vistoria)?	Sim, todos possuem – 08
	Sim, a maior parte possui - 05
	Sim, a menor parte possui – 03
	Não – 00
5. Os locais municipais de atendimento médico-hospitalar e UBSs possuem alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária, ou documentação comprovando que cumprem as exigências pertinentes às instalações, aos equipamentos e à aparelhagem adequada e à assistência e responsabilidade técnicas, aferidas por meio de fiscalização realizada pelo órgão sanitário local?	Sim, todos possuem – 10
	Sim, a maior parte possui - 07
	Sim, a menor parte possui – 04
	Não – 00

6. O município possui gestão de estoque dos insumos (Ex.: luvas, capotes, gorros, máscaras e seringas) para operacionalização da sua atenção básica: estoque mínimo, variação do estoque?	Sim (informatizada)– 05
	Sim (manual) – 03
	Não – 00
QUESITOS	PONTUAÇÕES
7. O atendimento nas unidades municipais que prestam assistência em saúde já foi interrompido ou descontinuado por falta de insumos?	SIM
	NÃO
8. O município possui o componente municipal do Sistema Nacional de Auditoria estruturado?	SIM
	NÃO
9. A prefeitura realizou campanha anual ou incentivo em grupos de gestantes para a promoção do aleitamento materno?  <b>Obs.</b> A orientação passada durante as consultas não configura campanha anual ou incentivo.	SIM – 03
	NÃO – 00
10. Qual o percentual de cobertura da população-alvo, em média, nas campanhas de vacinação?  Informe: <Quantidade> ou Não possui registro	Referente ao calendário de vacinação do 1º ano de vida:
	Referente ao calendário de vacinação do 2º ano de vida:
	Referente ao calendário da população adulta:
11. O cadastro e o acompanhamento específicos para pacientes portadores de hipertensão estão atualizados?	SIM
	NÃO
12. O cadastro e o acompanhamento específicos para pacientes portadores de Diabetes Mellitus está atualizado?	SIM
	NÃO
13. Os médicos cumprem integralmente sua jornada de trabalho?	Sim – 07
	Permanecem apenas nas consultas agendadas– 03
	Não – 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES
14. As unidades básicas de saúde no município possuem condições técnicas para realização de tratamento supervisionado para os casos de tuberculose?	Sim, todas possuem– 05
	Sim, a maior parte das UBS possui – 03
	Sim, a menor parte das UBS possui– 01
	Não – 00
15. Sobre a incidência de tuberculose no município no ano de 2016, informe:	Total de casos novos tuberculose (todos os tipos) diagnosticados no ano: <ou: Não houve casos da doença no município; ou Não possui registro >
	Total de casos novos de tuberculose (todos os tipos) no ano com exame anti-HIV realizado: <ou: Não houve casos da doença no município; ou Não possui registro >
	Taxa de cura de tuberculose no município (todos os tipos): <ou: Não houve casos da doença no município; ou Não possui registro >
	Total de casos novos tuberculose pulmonar bacilífera diagnosticados no ano: <ou: Não houve casos da doença no município; ou Não possui registro >
	Taxa de cura de tuberculose pulmonar bacilífera no município (todos os tipos): <ou: Não houve casos da doença no município; ou Não possui registro >
16. Qual o percentual de unidades com sala de vacinação com funcionamento em 05 dias da semana?  <Percentual de 0,00 a 100%>	0% (00 ponto)
	01% – 49,99% (01 ponto)
	50% – 74,99% (03 pontos)
	75% ou mais (05 pontos)

QUESITOS	PONTUAÇÕES
17. Os médicos da UBS possuem sistema de controle de ponto mecânico ou eletrônico (Ex.: biométrico, digital, etc.) <b>Obs.</b> Livro ponto não é controle eletrônico	SIM – 03
	NÃO – 00
18. O município disponibiliza serviço de agendamento de consulta médica nas UBSs por meio de telefone, VOIP, Internet, totem, etc.?	SIM – 03
	NÃO – 00
19. Foi realizada ação para a promoção da saúde bucal nas escolas? <b>Obs.:</b> Palestras e escovação não configuram consulta.	Sim, com consulta odontológica das crianças – 03
	Sim, somente com divulgação – 01
	Não – 00
20. Qual o número de Equipes de Saúde da Família (ESF) no município? <b>Obs.:</b> Informe a quantidade em dezembro de 2016	
21. Sobre a presença de médicos nas ESF, informe:	Todas as equipes contam com médicos – 03
	A maior parte das equipes conta com médicos - 02
	A menor parte das equipes conta com médicos - 01
	As equipes não contam com nenhum médico - 00
22. Qual a forma de gestão municipal no Programa Saúde da Família?	Recursos humanos próprios
	Convênio
	Contrato de gestão
	Termo de parceria
	Outro Qual?
23. Qual o número de agentes comunitários de saúde no município? <b>Obs.:</b> Informe a quantidade em dezembro de 2016	



QUESITOS	PONTUAÇÕES
<p>24. Quanto ao número de nascidos vivos no município no ano de 2016, informe:</p> <p><b>Obs.:</b> Informe um número inteiro maior ou igual a 0 (zero)</p>	<p>Número de nascidos vivos de mães residentes no município:</p> <p>&lt;ou: Não possui registro&gt;</p> <p>Quanto ao número de nascidos vivos no município no ano de 2016, informe o número total de nascidos vivos de mães residentes no município que realizaram 7 ou mais consultas de pré-natal na rede municipal de saúde:</p> <p>&lt;ou: Não possui registro&gt;</p>
<p>25. Qual a cobertura da terceira dose da vacina pentavalente aplicada no total de crianças menores de 1 ano de idade?</p>	
<p>26. Qual o número de consultas médicas básicas realizadas nas UBSs do município no último ano?</p> <p><b>Obs.:</b> Informe um número inteiro maior ou igual a 0 (zero)</p>	
<p>27. Sobre atendimento de urgências, responda: (É possível selecionar várias opções)</p>	A Prefeitura tem SAMU?
	A Prefeitura mantém convênio de atendimento pré-hospitalar com o Corpo de Bombeiros?
	<p>A Prefeitura possui outro sistema de atendimento a urgências?</p> <p>Qual?</p> <p>Descreva sucintamente:</p>
<p>28. Qual o intervalo de tempo médio de espera entre a marcação de consulta em especialidade médica e seu efetivo atendimento (em dias)?</p> <p><b>Obs.:</b> Informe um número inteiro maior ou igual a 0 (zero)</p>	
<p>29. Existe Conselho Municipal de Saúde estruturado e atuante com a composição de membros completa e de acordo com a legislação?</p>	SIM – 05
	NÃO – 00
<p>30. Quantas reuniões foram realizadas pelo Conselho Municipal de Saúde em 2016?</p> <p><b>Obs.:</b> Para o cômputo da quantidade de reuniões, não se deve considerar reuniões de eleição/exclusão de membros, aprovação de orçamento ou outro assunto não relacionado à natureza finalística do Conselho</p>	8 ou mais reuniões – 05
	6 a 7 reuniões – 03
	4 a 5 reuniões – 01
	0 a 3 reuniões – 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES
31. Qual a principal razão para pagamento de horas extras para os médicos?	Não existe pagamento de horas extras
	Realização de campanhas e eventos aos finais de semana
	Absenteísmo
	Cobertura de férias e licenças
	Não possui equipe completa
	Outros (Quais?)
32. Qual a quantidade total de horas extras em 2016 para médicos?	
33. Sobre a dengue no município em 2016, informe:  <b>Obs.:</b> Informe números inteiros maiores ou iguais a 0 (zero).	Número de casos diagnosticados:
	Número de óbitos:
	Número de imóveis visitados em cada um dos seis ciclos preconizados. Ciclo I: Ciclo II: Ciclo III: Ciclo IV: Ciclo V: Ciclo VI:
	Número total de imóveis da área urbana do município:
34. O município possui Plano Municipal da Saúde com período correspondente ao PPA vigente?	SIM
	NÃO
35. Qual a quantidade de médicos ativos do município em 2016?  Carga horária: 20h; 30h ou 40h semanais. <b>Obs:</b> Médicos que atuam na Atenção Básica	Informe, para cada mês do ano de 2016, a quantidade de médicos ativos por carga horária cumprida: 20h, 30h e 40h semanais.

36. Qual o intervalo de tempo médio de espera, em dias, entre a marcação de exames complementares laboratoriais (bioquímicos, de imagem, patológicos, coleta de materiais e etc.) solicitados na consulta na UBS e sua efetiva realização?	
--	--

QUESITOS	PONTUAÇÕES
37. O município possui Ouvidoria da Saúde implantada?	SIM Qual a quantidade de atendimentos realizados no último ano?
	NÃO
38. A Ouvidoria de Saúde possui relatórios de atendimentos?	SIM
	NÃO
39. O Fundo Municipal movimenta todos os recursos da Saúde mediante contas bancárias próprias?	SIM
	NÃO
40. O município tem implantado o Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (Hórus)?	SIM
	Quantos estabelecimentos farmacêuticos (farmácias e centrais de abastecimento farmacêutico) da Atenção Básica existem no Município?
	Quantos destes estabelecimentos farmacêuticos têm implantado o sistema Hórus ou envia o conjunto de dados por meio do serviço <i>WebService</i> ?
41. Sobre as internações clínicas ocorridas no município em 2016, informe:  <i>Obs.: Consultar informações abaixo</i>	NÃO
	Quantidade de internações clínicas ocorridas no município:
42. Sobre as internações clínicas de pacientes residentes no município ocorridas em 2016, informe:  <i>Obs.: Consultar informações abaixo</i>	Quantidade de internações por causas sensíveis à Atenção Básica:
	Quantidade de internações clínicas ocorridas no município (Considere apenas as internações de pessoas residentes no município):
	Quantidade de internações por cada uma das condições sensíveis à atenção básica <b>abaixo</b> : (Considere apenas as internações de pessoas residentes no município):
	Quantidade de internações por doenças evitáveis por imunização e outras doenças

	<b>infecto-parasitárias (DIP):</b>
	Quantidade de internações por <b>anemia:</b>
	Quantidade de internações por <b>pneumonias bacterianas:</b>
	Quantidade de internações por <b>asma:</b>
	Quantidade de internações por <b>bronquites:</b>
	Quantidade de internações por <b>hipertensão:</b>
	Quantidade de internações por <b>insuficiência cardíaca:</b>
	Quantidade de internações por <i>diabetes mellitus:</i>
	Quantidade de internações por <b>epilepsias:</b>
	Quantidade de internações por <b>infecção no rim e trato urinário:</b>
	Quantidade de internações por doença <b>inflamatória nos órgãos pélvicos femininos:</b>
	Quantidade de internações por outras <b>doenças sensíveis à atenção básica:</b>
Para responder às <b>questões 41 e 42</b> , considere a seguinte <b>lista CID-10</b> das Condições Sensíveis à Atenção Básica:	
Condições Sensíveis	Lista dos CID-10 (todos do intervalo especificado)
1. Doenças evitáveis por imunização e outras DIP:	A15.0-A19.9, A33.0-A37.9; A50.0-A53.9, A95.0-A95.9, B05.0-B06.9, B16.0-B16.9, B26.0-B26.9, B50.0-B54.9, B77.0-B77.9, G00.0, I00-I02.9
2. Anemia:	D50.0-D50.9
3. Pneumonias bacterianas:	J13, J14, J15.3-J15.4, J15.8-J15.9, J18.1
Condições Sensíveis	Lista dos CID-10 (todos do intervalo especificado)
4. Asma:	J45.0-J45.9
5. Bronquites:	J20.0-J21.9, J40-J42
6. Hipertensão:	I10, I11.0-I11.9

7. Insuficiência cardíaca:	I50.0-I50.9
8. Diabetes mellitus:	E10.0-E14.9
9. Epilepsias:	G40.0-G40.9
10. Infecção no rim e trato urinário:	N30.0-N30.9, N34.0-N34.3, N39.0
11. Doença inflamatória nos órgãos pélvicos femininos:	N70.0-N73.9, N75.0-N76.8
Considere como <u>Outras doenças sensíveis à atenção básica</u> as seguintes:	
Outras Condições Sensíveis	Lista dos CID-10 (todos do intervalo especificado)
12. Gastroenterites infecciosas e complicações:	A00.0-A09.9; E86.0-E86.9
13. Deficiências nutricionais	E40-E46.9, E50.0-E64.9
14. Infecções de ouvido, nariz e garganta	H66.0-H66.9, J00, J01.0-J03.9, J06.0-J06.9, J31.0-J31.9
15. Angina	I20.0-I20.9
16. Infecção da pele e tecido subcutâneo	A46, L01.0-L04.9, L08.0-L08.9
17. Síndrome da Rubéola Congênita	P35.0
<p><b>Observação:</b> o rol de causas das internações sensíveis à Atenção Básica acima não é idêntico à Lista Brasileira de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Primária, publicada pela Portaria MS/ SAS nº 221, de 17 de abril de 2008, embora seja baseado nesta.</p>	
QUESITOS	PONTUAÇÕES
43. Houve aprovação da Gestão da Saúde pelo Conselho Municipal de Saúde?	SIM
	NÃO
44. Qual o percentual de cobertura vacinal para influenza em maiores de 60 anos?	
45. Sobre a infraestrutura e necessidade de reparos nas unidades de saúde do município no ano de 2016, responda:  <b>Obs:</b> Informe um número inteiro maior ou igual a 0 (zero).	Quantas unidades de saúde necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados, etc) em dezembro de 2016?  Informe <b>&lt;Quantidade&gt;</b> ou <b>Não possui registro</b>

	<p>Quantas unidades de saúde tiveram seu funcionamento interrompido ou foram abandonadas por problemas de infraestrutura?</p> <p>Informe <b>&lt;Quantidade&gt;</b> ou <b>Não possui registro</b></p>
--	--

QUESITOS	PONTUAÇÕES
46. Sobre saúde materna e infantil no ano de 2016, informe:	<p>Número de testes realizados para o diagnóstico da sífilis entre gestantes:</p> <p><b>Obs.:</b> Considerar apenas os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>0202031179 VDRL</b> para detecção de sífilis em gestante.</li> <li>- <b>0214010082</b> teste rápido para sífilis em gestante.</li> </ul>
	<p>Número de partos hospitalares do SUS:</p> <p><b>Obs.:</b> Considerar apenas os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>0310010039</b> parto normal.</li> <li>- <b>0310010047</b> parto normal em gestação de alto risco.</li> <li>- <b>0411010026</b> parto cesariano em gestação de alto risco.</li> <li>- <b>0411010034</b> parto cesariano.</li> <li>- <b>0411010042</b> parto cesariano com laqueadura tubária.</li> </ul>
47. Quanto aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) no município, informe:	Número de CAPS I:
	Número de CAPS II:
	Número de CAPS III:
	Número de CAPS i:
	Número de CAPS AD:
	Número de CAPS AD III:
<b>Obs.:</b> Informe um número inteiro maior ou igual a 0 (zero).	

<p>48. Qual o número de Equipes de Saúde da Família (ESF) Equivalentes no município?</p> <p><b>Obs.:</b> Considere a posição em dezembro de 2016. A equivalência de carga horária do profissional médico para equipe de Atenção Básica (tradicional) em relação à equipe da Estratégia de Saúde da Família considera a somatória da carga horária de pediatra, clínico e obstetra pertencente a uma Unidade Básica tradicional, e a cada 60 horas há equivalência para 1 ESF</p>	
--	--

QUESITOS	PONTUAÇÕES
<p>49. As despesas consideradas, para fins de apuração do mínimo constitucional de aplicação de recursos próprios em saúde, foram de responsabilidade específica do setor de saúde e com recursos municipais movimentados somente pelo Fundo Municipal de Saúde?</p>	SIM
	NÃO
<p>50. Existe controle de tempo de atendimento dos pacientes nas UBS (horário de entrada x horário de atendimento médico)?</p>	SIM Qual tempo médio de atendimento (em minutos)?
	NÃO
<p>51. Qual a soma da carga horária semanal de todos os cirurgiões dentistas das equipes básicas de saúde bucal do município no ano de 2016?</p>	
<p>52. Qual a quantidade de unidades públicas municipais de saúde (estabelecimentos físicos) existentes no município em 2016?</p> <p><b>Obs.:</b> Informe um número inteiro maior ou igual a 0 (zero).</p>	
<p>53. Com base na Lei Complementar nº. 141, de 13 de janeiro de 2012, informe:</p>	<p>Percentual aplicado em ações e serviços públicos de saúde da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea “b” do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal:</p>

54. Informe a quantidade de pacientes residentes em outros municípios atendidos nas UBSs do seu município:  <b>Obs.:</b> Informe um número inteiro maior ou igual a 0 (zero).	
55. Sobre vacinação antirrábica canina no município no ano de 2016, informe:  <b>Obs.:</b> Informe um número inteiro maior ou igual a 0 (zero).	Total da população canina no município:  Número total de cães vacinados:
56. As unidades básicas de saúde possuem equipamentos ou disponibilizam insumos (fitas, glicosímetros etc.) para medição do nível de glicose dos pacientes?	Sim, todas as UBS possuem Sim, a maior parte das UBS possui Sim, a menor parte das UBS possui Não
57. Os médicos que prestam serviços nas UBS trabalham em regime de plantão?	Sim - Qual? Plantão presencial Plantão de sobreaviso  Não

TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão Saúde Pública
Pontos máximos: 100 Pontos mínimos: 000	i-SAÚDE: 20/100 – 0,20 (20%)

**FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL**  
**i-SAÚDE = (Somatório dos indicadores)/100**



## MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DO PLANEJAMENTO

Cada indicador deste índice possui peso em função da sua importância, reflexo sobre as finanças públicas e gestão. Assim, na melhor hipótese, se todos os indicadores alcançarem pontuação máxima, o valor pontuado deste índice é 100. A pontuação de cada indicador será apurada conforme segue:

- Coerência entre os resultados dos indicadores dos programas e das metas das ações:

*Média do resultado alcançado de todos os indicadores de um programa comparada com a média dos resultados alcançados das ações desse mesmo programa, por meio do seguinte cálculo:*

$$| ((B / A) - (D / C)) | = E$$

Seja “A” o valor do indicador do programa previsto inicialmente;

Seja “B” o resultado do indicador do programa realizado;

Seja “C” o valor da meta para a ação do programa;

Seja “D” o resultado da meta realizado;

Seja “E” o resultado do indicador procurado.

O valor de “E” será apurado para cada programa. O seu valor final será a média obtida do resultado de todos os programas. Conforme o resultado que “E” (final) assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Entre 0 e 0,2	100
Entre 0,21 e 0,39	Graduação entre 95 e 5
Maior ou igual a 0,4	0

Para resultados entre 0,21 e 0,4, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 5 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((0,4 - E)/0,2)*100$$

Por exemplo, se E = 0,25, a nota do indicador será 75 pontos.

- Confronto entre o resultado físico alcançado pelas metas das ações e os recursos financeiros utilizados:

*Apresenta o valor alcançado de cada uma das ações, dividindo-se o valor da meta física realizada pelo valor estipulado inicialmente no planejamento; e o quanto dos recursos disponibilizados foram utilizados, dividindo-se o valor liquidado pelo valor fixado atualizado, a partir dos dados constantes da Lei Orçamentária Anual, por meio do seguinte cálculo:*

$$| ((D / C) - (G / F)) | = H$$

Seja “C” o valor da meta para a ação do programa;

Seja “D” o resultado da meta realizado;

Seja “F” o valor orçamentário fixado final para a ação;

Seja “G” o valor liquidado para a ação;

Seja “H” o resultado do indicador procurado.

O valor de “H” será apurado para cada ação. O seu valor final será a média obtida do resultado de todas as ações. Conforme o resultado que “H” (final) assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Entre 0 e 0,2	100
Entre 0,21 e 0,39	Graduação entre 95 e 5
Maior ou igual a 0,4	0

Para resultados entre 0,21 e 0,4, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 5 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((0,4 - H)/0,2)*100$$

Por exemplo, se H = 0,25, a nota do indicador será 75 pontos.

- Percentual de alteração do planejamento inicial:

*Total dos valores dos programas estabelecidos inicialmente na Lei Orçamentária Anual – LOA - comparado com os valores finais apurados para os mesmos programas. O cálculo será efetuado da seguinte maneira:*

$$J / I = K$$

Seja “J” o valor total dos programas (final);

Seja “I” o valor total dos programas (inicial);

Seja “K” o resultado do indicador procurado.

Conforme o resultado que “K” assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Acima de 1,3	0
Entre 0,91 e 1,3	100
Entre 0,51 e 0,9	Graduação entre 2,5 e 97,5
Menor ou igual a 0,5	0

Para resultados entre 0,5 e 0,9, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido aumentará 2,5 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((K - 0,5)/0,4)*100$$

Por exemplo, se K = 0,6, a nota do indicador será 25 pontos.

- Percentual da taxa de investimento estabelecida no Planejamento inicial e a executada:

Divisão da despesa liquidada classificada pelo código “44” – Investimentos (Portaria nº 163/2001 do MPOG) pelo valor total da receita arrecadada no mesmo período. O cálculo é feito da seguinte maneira:

$$L / M = N$$

Seja “L” a despesa liquidada total (classificação 44)

Seja “M” a receita total

Seja “N” o resultado do indicador procurado

Conforme o resultado que “N” assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior que 0,15	100
Entre 0,021 e 0,149	Graduação entre 0,769 e 99,231
Menor ou igual a 0,02	0

Para resultados entre 0,02 e 0,15, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada milésimo acrescido aumentará 0,769 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((N - 0,02)/0,13)*100$$

Por exemplo, se N = 0,10, a nota do indicador será 61,54 pontos.

Quesitos necessários para a apuração dos indicadores do i-Planejamento:

QUESITOS	RESPOSTAS
1. O planejamento da prefeitura, para o ano de 2016, foi estruturado através de programas, indicadores, metas e ações?	SIM
	NÃO
2. Realize o <i>upload</i> da planilha eletrônica contendo o planejamento da prefeitura estruturado através de Programas, indicadores, metas e ações, para o ano de 2016:	Disponível apenas no caso de resposta “SIM” no quesito anterior  - Planilha Excel contendo os programas, indicadores, metas e ações, nos moldes exigidos pelo TCE disponível no Portal <a href="http://www.tce.rj.gov.br">www.tce.rj.gov.br</a> Área IEGM 2017

QUESITOS	RESPOSTAS
3. Informe o valor total da dotação inicial autorizada na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o ano de 2016:	
4. Informe o valor total da dotação atualizada em 31/12/2016:	
5. Informe o valor total da despesa liquidada com investimentos (despesas classificadas pelo código 44 – investimentos) em 2016:	
6. Informe a receita total arrecadada em 2016:	
7. Existe órgão ou servidor responsável pelo controle interno no município com atribuições formalmente definidas e com a apresentação de relatórios periódicos?	SIM
	NÃO
8. O servidor responsável pela contabilidade do município é ocupante de cargo de provimento efetivo?	SIM
	NÃO
9. Existe equipe estruturada para realização do planejamento municipal (PPA, LDO e LOA)?	SIM
	NÃO
10. A LDO estabelece, por ação do governo, custos estimados, indicadores e metas físicas?	SIM
	NÃO
11. A LDO prevê critérios para limitação de empenho e movimentação financeira?	SIM Qual o artigo?
	NÃO
<b>Obs.:</b> Formato: Art. nn da Lei municipal nº nnnn, de dd/mm/aaaa.	

QUESITOS	RESPOSTAS
12. A LDO prescreve critérios para repasses a entidades do terceiro setor?	SIM Qual o artigo?
<b>Obs.:</b> Formato: Art. nn da Lei municipal nº nnnn, de dd/mm/aaaa.	NÃO
13. Há estrutura administrativa voltada para planejamento?	SIM
	NÃO
14. A estrutura de planejamento foi criada com cargos específicos (analista/técnico de planejamento e orçamento)?	SIM
	NÃO
15. Os servidores responsáveis pelo planejamento recebem treinamento específico para a matéria?	SIM
	NÃO
16. Qual a carga horária de treinamento específico dos servidores responsáveis pelo planejamento?	Menos de 8 horas/ano;
	Entre 8 a 40 horas/ano;
	Mais de 40 horas/ano.
17. Os servidores dos demais setores, excluindo os do planejamento, recebem treinamento sobre planejamento?	SIM
	NÃO
18. Os servidores do setor de planejamento ou que cuidam dessa atividade tem dedicação exclusiva para essa matéria?	SIM
	NÃO
19. Há sistema informatizado para auxiliar na elaboração do planejamento?	SIM
	NÃO

QUESITOS	RESPOSTAS
20. O sistema informatizado é multiusuário (Os setores o alimentam e a unidade central de planejamento consolida)?	SIM
	NÃO
21. Há levantamentos dos problemas, necessidades, deficiências do Município antecedentes ao planejamento?	SIM
	NÃO
22. Em quais setores há levantamentos desses problemas, necessidades e deficiências do Município antecedentes ao planejamento?  <b>Obs.:</b> Possível selecionar várias opções.	Ensino;
	Saúde;
	Assistência Social;
	Serviços Urbanos;
	Segurança Pública;
	Saneamento;
	Defesa Civil;
23. Os diagnósticos serviram para as soluções e estão materializados nas peças orçamentárias?	SIM
	Indicar a(s) peça(s) orçamentária(s), o ano, o número/denominação do programa e ação:
	NÃO
24. Para a elaboração do diagnóstico é levado em conta algum plano do Governo Federal ou Estadual?	SIM Qual(is)?
	NÃO
25. Qual a forma de realização das audiências públicas para a elaboração das peças orçamentárias (PPA/LDO/LOA)?  <b>Obs.:</b> Possível selecionar várias opções.	Presenciais
	Pela Internet
	Não realiza audiências públicas
	Outros (especificar):

QUESITOS	RESPOSTAS
26. As coletas de sugestões pela internet ficam disponíveis durante quanto tempo antes da elaboração de cada peça orçamentária?	Até um mês
	Entre um mês a dois
	Mais de dois meses
	Não há coleta de sugestões pela internet
27. Na coleta de sugestões, pela Internet, há glossário explicando os objetivos, bem como o modo de colaborar, em linguagem clara e simples?	Sim
	Não
	Não há coleta de sugestões pela internet
28. Há uma margem ou projetos destinados para programas ou projetos originários da participação popular?	SIM
	NÃO
29. Qual a forma de divulgação das audiências públicas?  <b>Obs.:</b> Possível selecionar várias opções.	Diário Oficial
	Jornais
	Panfletos
	Carro de Som
	Website da Prefeitura
	Mural
	Faixas
	Outros (Quais?)
30. Quantas audiências públicas são comumente realizadas?	1 (uma)
	Entre 2 a 5
	Mais de 5



QUESITOS	RESPOSTAS
31. Qual o dia e horário de realização das audiências públicas?	Dia de semana em horário comercial (8 às 18 horas);
	Dia de semana após as 18 horas
	Aos sábados, domingos e feriados.
32. As audiências públicas são transcritas em atas?	SIM
	NÃO
33. As atas de audiências públicas são divulgadas na Internet?	SIM
	NÃO
34. As audiências públicas são gerais, englobando todas as funções de governo?	SIM
	NÃO
35. As audiências públicas são setorizadas, divididas por temas (saúde, ensino, assistência social...)?	SIM
	NÃO
36. O conteúdo da lei orçamentária é desdobrado até o nível de elemento de despesa?	SIM
	NÃO
37. Na lei orçamentária, qual o percentual para abertura de créditos adicionais por decreto?  <b>Obs.:</b> Formato: Art. nn da Lei municipal nº nnnn, de dd/mm/aaaa.	Até 10% Qual o artigo?
	Entre 10 a 20% Qual o artigo?
	Mais de 20% Qual o artigo?
	Não há previsão
38. As alterações orçamentárias decorrentes de remanejamento, transposição e transferência podem ser realizadas por decreto?  <b>Obs.:</b> Formato: Art. nn da Lei municipal nº nnnn, de dd/mm/aaaa.	SIM Qual o artigo?
	NÃO

QUESITOS	RESPOSTAS
39. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias estão definidos os critérios de contingenciamento?	SIM Qual o artigo?
<b>Obs.:</b> Formato: Art. nn da Lei municipal nº nnnn, de dd/mm/aaaa.	NÃO
40. Há previsão para a inclusão de emendas parlamentares no orçamento?	SIM Qual o artigo?
<b>Obs.:</b> Formato: Art. nn da Lei municipal nº nnnn, de dd/mm/aaaa.	NÃO
41. Os setores da Prefeitura têm conhecimento prévio da previsão de receita cabível para elaborarem suas dotações?	SIM
	NÃO
42. Há acompanhamento da execução do planejamento?	SIM
	NÃO
43. Quem é o responsável pelo acompanhamento da execução do planejamento?	Gabinete do Prefeito
	Setor de planejamento
	Cada setor é responsável pela execução de seu planejamento
44. Há relatórios mensais levados ao conhecimento do Prefeito sobre a execução orçamentária?	SIM
	NÃO
45. Qual o conteúdo dos relatórios mensais levados ao conhecimento do Prefeito sobre a execução orçamentária?	Dotações previstas e executadas;
<b>Obs.:</b> Possível selecionar várias opções.	Programas previstos e executados;
	Projetos, atividades e operações especiais previstos e executados;
	Outros (Quais?)

QUESITOS	RESPOSTAS
46. As peças que compõem o planejamento são divulgadas com os indicadores de programas e metas de ações governamentais previstos x realizados?	SIM
	NÃO
47. Onde ocorre a divulgação dessas peças?  <b>Obs.:</b> Possível selecionar várias opções.	Portal de Transparência
	Site da Prefeitura
	Mural
48. As peças de planejamento (PPA, LDO, LOA) são entregues no prazo definido no calendário de obrigações do Tribunal de Contas?	SIM
	NÃO

TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão Planejamento
Pontos máximos: 400 Pontos mínimos: 000	i-PLANEJAMENTO: 20/100 – 0,20 (20%)

**FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL**  
**i-PLANEJAMENTO = (Somatório dos indicadores)/400**

## MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DOS ASPECTOS FISCAIS

Cada indicador deste índice possui peso igual em função da sua importância, reflexo sobre as finanças públicas e em relação à gestão. Assim, na melhor hipótese, se todos os indicadores alcançarem pontuação máxima, o valor pontuado deste índice é 100. A pontuação de cada indicador será apurada conforme segue:

- Análise da Receita (execução orçamentária):  
*Divisão da receita arrecadada pela receita prevista atualizada, com base nos dados da execução orçamentária da Lei Orçamentária Anual, por meio do seguinte cálculo:*

$$O / P = Q$$

Seja “O” a receita arrecadada;

Seja “P” a receita prevista atualizada;

Seja “Q” o resultado do indicador procurado.

Conforme o resultado que “Q” assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 1,5	0
Entre 1,16 e 1,49	Graduação entre 97,14 e 2,86
Entre 0,85 e 1,15	100
Entre 0,51 e 0,84	Graduação entre 2,86 e 97,14
Menor ou igual a 0,5	0

Para resultados entre 1,16 e 1,5, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 2,86 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((Q - 1,5) * (-1) / 0,35) * 100$$

Por exemplo, se Q = 1,25, a nota do indicador será 71,43 pontos.

Para resultados entre 0,51 e 0,84, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido aumentará 2,86 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((Q - 0,5)/0,35)*100$$

Por exemplo, se  $Q = 0,75$ , a nota do indicador será 71,43 pontos.

- **Análise da Despesa (execução orçamentária):**  
*Divisão da despesa executada pela despesa fixada final, com base nos dados da execução orçamentária da Lei Orçamentária Anual, por meio do seguinte cálculo:*

$$R / S = T$$

Seja “**R**” a despesa executada;

Seja “**S**” a despesa fixada final;

Seja “**T**” o resultado do indicador procurado.

Conforme o resultado que “**T**” assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 1,1	0
Entre 1,01 e 1,09	Graduação entre 90 e 10
Entre 0,9 e 1,0	100
Entre 0,51 e 0,89	Graduação entre 2,5 e 97,5
Menor ou igual a 0,5	0

Para resultados entre 1,01 e 1,1, a graduação<sup>3</sup> será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 10 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

---

<sup>3</sup> Leva-se em consideração que a falta de economia na despesa eleva o risco de aumento do endividamento de curto prazo, na medida em que, normalmente, uma parte da receita do orçamento municipal é utilizada para o pagamento de restos a pagar de exercícios anteriores.

$$((T - 1,1)*(-1)/0,10)*100$$

Por exemplo, se  $T = 1,05$ , a nota do indicador será 50 pontos.

Para resultados entre 0,51 e 0,89, a graduação<sup>4</sup> será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido aumentará 2,5 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((T - 0,5)/0,4)*100$$

Por exemplo, se  $T = 0,75$ , a nota do indicador será 62,5 pontos.

- Análise do resultado da execução orçamentária:

*Diferença entre receita arrecadada e despesa executada dividida pela receita arrecadada, excluídos os créditos adicionais abertos com base em superávit financeiro, com base nos dados da execução orçamentária anual, por meio do seguinte cálculo:*

$$R / O = V$$

Seja “**R**” a despesa executada;

Seja “**O**” a receita arrecadada;

Seja “**V**” o resultado do indicador procurado.

Se o resultado do indicador for maior que 1 e menor que 1,2, é necessário um novo cálculo, conforme segue:

$$|(O - R)| = X$$

Onde “**X**” é a diferença, em módulo, da receita e da despesa. Em seguida, compara-se “**X**” com o valor dos créditos abertos com fundamento no superávit financeiro: se o crédito for igual ou maior, significa que o déficit orçamentário está coberto pelo superávit financeiro; se for menor, não há cobertura financeira para o déficit orçamentário.

---

<sup>4</sup> Leva-se em consideração que a economia realizada potencializa o risco de comprometimento da prestação dos serviços que o município deve fazer à sua sociedade, evidenciando também a tendência do planejamento inicial desconsiderar a realidade local.

Em qualquer hipótese, a pontuação será conferida conforme a tabela a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual 1,2	0
Entre 1,11 e 1,19 (com cobertura do déficit)	Graduação entre 90 e 10
Entre 1,01 e 1,19 (sem cobertura do déficit)	0
Entre 1,01 e 1,10 (com cobertura do déficit)	100
Entre 0,90 e 1,0	100
Entre 0,76 e 0,89	Graduação entre 6,67 e 93,33
Menor ou igual a 0,75	0

Para resultados entre 1,11 e 1,19, a graduação<sup>5</sup> será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 10 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((V - 1,2)*(-1)/0,10)*100$$

Por exemplo, se  $V = 1,15$ , a nota do indicador será 50 pontos.

Para resultados entre 0,76 e 0,89, a graduação<sup>6</sup> será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido aumentará 6,67 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((V - 0,75)/0,15)*100$$

Por exemplo, se  $V = 0,8$ , a nota do indicador será 33,33 pontos.

---

<sup>5</sup> Leva-se em consideração o implícito aumento no endividamento, com consequências reais sobre as finanças públicas e até possibilidade de execução orçamentária sem autorização legislativa.

<sup>6</sup> Leva-se em consideração que a entidade está realizando uma economia considerável de recursos, com risco de comprometimento da prestação dos serviços para a sociedade local.

- **Análise dos Restos a Pagar:**

*Divisão dos pagamentos realizados dos restos a pagar pela sua posição inicial. O cálculo é realizado da seguinte forma:*

$$W / Y = Z$$

Seja “**W**” os pagamentos realizados;

Seja “**Y**” a posição inicial dos restos a pagar;

Seja “**Z**” o resultado do indicador procurado.

Conforme o resultado que “**Z**” assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 0,95	100
Entre 0,76 e 0,94	Graduação entre 5 e 95
Menor ou igual a 0,75	0

Para resultados entre 0,76 e 0,94, a graduação será distribuída igualitariamente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido aumentará 5 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((Z - 0,75)/0,20)*100$$

Por exemplo, se  $Z = 0,80$ , a nota do indicador será 25 pontos.



- Despesas com Pessoal – Poder Executivo

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 0,54	0
Entre 0,513 e 0,539	Graduação entre 50 e 11,48
Menor ou igual a 0,512	100

Para resultados entre 0,513 e 0,539, a graduação<sup>7</sup> será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada milésimo acrescido reduzirá 1,48 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

Seja “AA” o resultado do indicador:

$$(((AA - 0,54) * -1/0,027) * 40) + 10$$

Por exemplo, se AA = 0,515, a nota do indicador será 47,04 pontos.

- Despesa com pessoal - Poder Legislativo:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 0,06	0
Entre 0,057 e 0,059	Graduação entre 50 e 23,33
Menor ou igual a 0,056	100

Para resultados entre 0,057 e 0,059, a graduação<sup>8</sup> será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada milésimo acrescido reduzirá 13,33 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

Seja “AB” o resultado do indicador:

$$(((AB - 0,06) * (-1)/0,003) * 40) + 10$$

Por exemplo, se AB = 0,058, a nota do indicador será 36,67 pontos.

<sup>7</sup> Levam-se em consideração as diversas restrições que a LRF estabelece quando se atinge o limite prudencial. Assim, cabe ao município acompanhar o conjunto de políticas fiscais, para evitar atingir tal limite.

<sup>8</sup> Levam-se em consideração as diversas restrições que a LRF estabelece quando se atinge o limite prudencial. Assim, cabe ao município acompanhar o conjunto de políticas fiscais, para evitar atingir tal limite.

- Apuração do resultado financeiro (superávit/déficit):  
*Divisão entre ativo e passivo financeiro, conforme Balanço Patrimonial, por meio do seguinte cálculo:*

$$AC / AD = AE$$

Seja “**AC**” o ativo financeiro;

Seja “**AD**” o passivo financeiro;

Seja “**AE**” o resultado do indicador procurado.

Conforme o resultado que “AE” assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 1,3	0
Entre 1,11 e 1,29	Graduação entre 95 e 5
Entre 1,0 e 1,1	100
Entre 0,76 e 0,99	Graduação entre 4 e 96
Menor ou igual a 0,75	0

Para resultados entre 1,11 e 1,29, a graduação<sup>9</sup> será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 5 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((AE - 1,30)*(-1)/0,20)*100$$

Por exemplo, se AE = 1,2, a nota do indicador será 50 pontos.

Para resultados entre 0,76 e 0,99, a graduação<sup>10</sup> será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada milésimo acrescido aumentará 4 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

<sup>9</sup> Levam-se em consideração um superávit elevado, de maneira que a economia que está sendo realizada poderá comprometer a qualidade dos serviços públicos obrigatórios.

<sup>10</sup> Leva-se em consideração que a entidade está gastando mais do que arrecadando, potencializando o risco de insolvência futura.

$$((AE - 0,75)/0,25)*100$$

Por exemplo, se AE = 0,9, a nota do indicador será 60 pontos.

- Apuração da dívida fundada (aumento/redução):

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 1,2	0
Entre 1,11 e 1,19	Graduação entre 90 e 10
Menor ou igual a 1,10	100

Para resultados entre 1,11 e 1,19, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 10 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

Seja “**AF**” o resultado do indicador:

$$((AF - 1,2)*-1/0,10)*100$$

Por exemplo, se AF = 1,15, a nota do indicador será 50 pontos.

- Apuração dos pagamentos dos precatórios:

*Divisão entre o estoque final e o estoque inicial no exercício em análise, conforme o cálculo a seguir:*

$$AG / AH = AI$$

Seja “**AG**” o estoque final dos precatórios;  
 Seja “**AH**” o estoque inicial dos precatórios  
 Seja “**AI**” o resultado do indicador procurado.

Conforme o resultado que “AI” assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 1,0	0
Entre 0,91 e 0,99	Graduação entre 90 e 10
Menor ou igual a 0,9	100

Para resultados entre 0,91 e 0,99, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 10 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((AI - 1,0) * (-1) / 0,10) * 100$$

Por exemplo, se AI = 0,95, a nota do indicador será 50 pontos.

- Repasse de duodécimos às Câmaras:

Resultado	Pontuação
Maior que o limite	0
Menor ou igual ao limite	100

- Dívida Ativa: percentual de recebimento  
*Nível de recebimento da dívida em relação ao estoque inicial.*

Resultado ideal: Maior ou igual **0,10**.

- Dívida Ativa: percentual de cancelamento  
*Nível de cancelamento da dívida em relação ao estoque inicial.*

Resultado ideal: Igual a **0**.

Quesitos necessários para a apuração dos indicadores do i-Fiscal:

QUESITO	RESPOSTA
1. Com base nos dados da execução orçamentária da Lei Orçamentária Anual (Exercício de 2016), informe os seguintes valores:	Receita arrecadada:
	Receita prevista atualizada:
	Despesa executada:
	Despesa fixada final:
	Créditos Adicionais Abertos com base em Superávit Financeiro:
2. Com base nos dados do balanço patrimonial do exercício de 2016, informe os seguintes valores:	Ativo financeiro:
	Passivo financeiro:
3. Sobre os restos a pagar processados e não processados do exercício de 2016, informe os seguintes valores:	Saldo inicial total dos restos a pagar:
	Total de pagamentos realizados:
4. Com base nos dados do exercício de 2016, em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, informe:	Percentual apurado com a Despesa total de pessoal – Poder Executivo
	Percentual apurado com a Despesa total de pessoal – Poder Legislativo:
	Percentual da dívida fundada (Saldo Final em 12/2016) em relação à RCL:
5. Sobre pagamento de Precatórios, informe os seguintes valores referentes ao exercício de 2016:	Saldo inicial dos precatórios:
	Saldo final dos precatórios:
6. O repasse de duodécimos às Câmaras foi realizado dentro dos limites legais, de acordo com o Art. 29-A da Constituição Federal?	SIM
	NÃO

QUESITO	RESPOSTA
7. Os repasses para o regime geral ou regime próprio de previdência social são realizados dentro do prazo legal?	SIM
	NÃO

TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão Fiscal
Pontos máximos: 1000 Pontos mínimos: 000	i-FISCAL: 20/100 – 0,20 (20%)

<b>FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL</b> <b>i-FISCAL = (Somatório dos indicadores)/1000</b>
--

## MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DO MEIO AMBIENTE

QUESITOS	PONTUAÇÕES
1. Sobre o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) – Lei nº 12.305/2010, informe:	Instrumento normativo publicado ou promulgado – 18
	Submissão do texto à câmara de vereadores – 14
	Está em outras fases de elaboração – 04
	Não realizou o plano – 00
2. A prefeitura municipal realiza a coleta seletiva de resíduos sólidos?	Sim, totalmente – 10 Descreva o processo de destinação:
	Sim, parcialmente – 04 Descreva o processo de destinação:
	Não – 00
3. A prefeitura municipal possui Plano de Resíduos da Construção Civil que aborde itens tais como coleta, transporte e destinação final?  Formato: Lei municipal nº nnnn/aa	SIM, totalmente – 13 Informar a lei:
	SIM, parcialmente – 06
	NÃO – 00
4. A prefeitura adota na rede escolar municipal algum programa ou ação de educação ambiental?	SIM – 05 Descreva sucintamente:
	NÃO – 02

QUESITOS	PONTUAÇÕES
5. A prefeitura municipal estimula entre seus órgãos e entidades de sua responsabilidade projetos e/ou ações que promovam o uso racional de recursos naturais? (por exemplo: implantação de dispositivos para uso racional da água, coleta seletiva, reuso ou reciclagem de material entre outros)?	Sim, para todos os órgãos e entidades – 08 Descreva sucintamente:
	Sim, parcialmente – 03 Descreva sucintamente:
	Não – 00
6. A prefeitura possui ou participa de algum programa ou ação que promovam a melhoria continua da qualidade ambiental no município?	SIM – 10 Qual? Descreva sucintamente:
	NÃO – 00
7. A prefeitura possui alguma estrutura organizacional para tratar de assuntos ligados ao Meio Ambiente Municipal?	SIM – 06
	NÃO – 00
8. A prefeitura participou de treinamento oferecido pelo Corpo de Bombeiros para brigadas antifogo ou planos para desastres naturais ou ações de contingência ou similares (privilegiando a participação de membros da Guarda Municipal, Defesa Civil, Tiro de Guerra, brigadistas de indústrias, usinas e empresas etc, inclusive para os municípios que possuem Unidades de Corpo de Bombeiros)?	Sim, integralmente – 05
	Sim, na maior parte – 03
	Sim, na menor parte – 01
	Não – 00
9. O município possui seu Plano Municipal de Saneamento Básico?	SIM – 06
	NÃO – 00
10. Informe os instrumentos normativos que tratam do Plano Municipal de Saneamento Básico:  Formato: Lei municipal nº nnnn/aa Decreto municipal nº nnnn/aa	Lei municipal nº Decreto municipal nº Outros. Quais?



QUESITOS	PONTUAÇÕES
11. Qual o percentual da população do município abrangida pelo serviço de fornecimento de água tratada?	
12. Qual o percentual da população do município abrangida pelo serviço de coleta de esgotamento sanitário?	
13. Qual o percentual de tratamento do esgotamento sanitário?	
14. Existem ações e medidas de contingenciamento para os períodos de estiagem?	SIM Descreva quais as ações e medidas:
	NÃO
15. Existem ações e medidas de contingenciamento para provisão de água potável e de uso comum para a Rede Municipal de Ensino?	SIM – 02 Descreva quais as ações e medidas:
	NÃO – 00
16. Existem ações e medidas de contingenciamento para provisão de água potável e de uso comum para a rede municipal da Atenção Básica da Saúde?	SIM – 02 Descreva quais as ações e medidas:
	NÃO – 00
17. Há um plano emergencial com ações para fornecimento de água potável à população em caso de sua escassez?	SIM Descreva o plano:
	NÃO
18. O município participa do INEA - Programa de Sustentabilidade em Instituições e Municípios (SIM)?	SIM
	NÃO
19. O município está habilitado junto ao Conselho Estadual do Meio Ambiente do Rio de Janeiro (CONEMA) para licenciar os empreendimentos de impacto local?	SIM
	NÃO

QUESITOS	PONTUAÇÕES
20. Por que motivo a prefeitura municipal ainda não possui Plano de Resíduos da Construção Civil implantado? (Depende do quesito número 3)	Plano enviado para aprovação legislativa;
	Plano em fase de elaboração.
21. A prefeitura participa de alguma instância de planejamento e gestão regional (tais como comitê de bacia, conselho regional/metropolitano, conselho gestor de APA - Área de Proteção Ambiental), que promova a melhoria contínua da gestão ambiental municipal e da região em que está inserida?	SIM Descreva quais as ações e medidas:
	NÃO

TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão Meio Ambiente
Pontos máximos: 085 Pontos mínimos: 002	i-Amb: 10/100 – 0,10 (10%)

**FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL**  
 **$i\text{-Amb} = (\text{Somatório dos indicadores})/85$**

## MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DA PROTEÇÃO DA CIDADE

QUESITOS	PONTUAÇÕES
1. O município possui Setor/Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil estruturado(a), conforme Lei nº 12.608/2012?	SIM – 30
	Está em fase de estruturação – 05
	NÃO – 00
2. A prefeitura municipal possui local físico com sala e telefone para atendimento de ocorrências de Proteção e Defesa Civil?	SIM Qual número de telefone: (XX) YYYYYYYY
	NÃO
3. O município utiliza alguma forma de registro eletrônico para cadastramento de ocorrência de Proteção e Defesa Civil?  <b>Obs.:</b> Por exemplo, S2ID (Sistema Integrado de Informações sobre Desastres), do Ministério da Integração Nacional.	SIM – 10 Qual a forma de registro?
	NÃO – 00
4. O município possui algum tipo de levantamento para identificação de risco para intervenções do Poder Público?  <b>Obs.:</b> Utiliza, por exemplo, as Cartas de Risco a Escorregamento em Encostas, do Departamento de Recursos Minerais (DRM-RJ) ou as Cartas de Suscetibilidade da CPRM (empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia)?	SIM – 20
	NÃO – 00
5. O município possui Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil?  <b>Obs.:</b> O Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil deve estar em conformidade mínima com o Mapa de Ameaças Naturais do Estado do Rio de Janeiro e de acordo com a legislação federal vigente.	SIM – 20
	Está em fase de formalização de seu plano – 15
	NÃO – 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES
6. O município capacita seus agentes para ações municipais de Proteção e Defesa Civil?	Sim, na integralidade de seus agentes – 10 Descreva a forma sucintamente:
	Sim, a maior parte de seus agentes – 07 Descreva a forma sucintamente:
	Sim, a menor parte de seus agentes – 03 Descreva a forma sucintamente:
	NÃO – 00
7. Se o município possui mais de 20.000 habitantes, foi elaborado seu Plano de Mobilidade Urbana?	SIM
	NÃO
	NÃO SE APLICA
8. O município possui um estudo de avaliação da segurança de todas as escolas e centros de saúde atualizado?  <b>Obs.:</b> Com previsão de treinamento de evacuação e alocação de extintores de incêndio.	SIM – 10
	NÃO – 00
9. O município está cadastrado no Sistema de Proteção e Defesa Civil Estadual?	SIM
	NÃO
10. O município está listado no Programa Construindo Cidades Resilientes, do Escritório das Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres?  <b>Obs.:</b> Maiores informações em <a href="http://www.mi.gov.br/cidades-resilientes">http://www.mi.gov.br/cidades-resilientes</a> .	SIM
	NÃO

QUESITOS	PONTUAÇÕES
<p>11. O município possui ameaças potenciais mapeadas?</p> <p><b>Obs.:</b> Lei Municipal no formato nº nnnn, de dd/mm/aaa</p>	<p>( ) SIM – Qual ou Quais?</p> <p>( ) Inundações;</p> <p>( ) Secas;</p> <p>( ) Barragens de água;</p> <p>( ) Áreas de ocupação clandestinas (loteamentos, etc.);</p> <p>( ) Lixões;</p> <p>( ) Loteamentos em situação de risco;</p> <p>( ) Barragens de rejeitos de Mineração:</p> <p>No caso de haver Barragens de rejeitos de Mineração: Houve regulamentação da atividade?</p> <p>( ) SIM - Qual o número da Lei?</p> <p>( ) NÃO</p> <p>Já foi exigido da empresa mineradora o plano de ação em caso de acidente?</p> <p>( ) SIM</p> <p>( ) NÃO</p> <p>O plano de contingência foi elaborado considerando o plano de ação – Lei 12608/12?</p> <p>( ) SIM</p> <p>( ) NÃO</p>
<p>12. O município mantém sistemas de alerta e alarme para desastres?</p>	<p>SIM</p> <p>Os sistemas de alerta e alarme são testados com habitualidade?</p> <p>SIM - Qual a frequência (em dias)?</p> <p>NÃO</p> <p>NÃO</p>

TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão Proteção das Cidades
Pontos máximos: 100 Pontos mínimos: 000	i-CIDADE: 05/100 – 0,05 (5%)

**FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL**  
**i-CIDADE = (Somatório dos indicadores)/100**

## MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DA GOVERNANÇA DE TI

QUESITOS	PONTUAÇÕES
1. A prefeitura municipal possui PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação – que estabeleça diretrizes e metas de atingimento no futuro?	Sim, com metas acima de 02 anos (após 2018)– 08
	Sim, com metas para até 02 anos (até 2018)– 05
	Não possui PDTI– 00
2. A prefeitura municipal possui documento formal publicado que estabeleça procedimentos quanto ao uso da TI pelos servidores municipais, conhecido como Política de Uso Aceitável ou Política de Segurança da Informação?	SIM – 05
	NÃO – 00
3. A prefeitura municipal possui quadro com servidores de área de Tecnologia da Informação?	Sim, com funcionários efetivos– 08
	Sim, com funcionários efetivos e temporários– 05
	Sim, com funcionários temporários– 02
	Não possui esse quadro – 00
4. A prefeitura municipal define as competências necessárias para as atividades de seu pessoal de TI (área de formação, especialização etc.)?	SIM – 05
	NÃO – 00
5. A prefeitura disponibiliza, periodicamente, programas de capacitação e atualização para o pessoal de TI?	SIM – 04 Qual o periodicidade?
	NÃO – 00
6. A prefeitura mantém site na Internet com informações atualizadas (semanalmente)?	SIM – 05
	NÃO – 00
<b>Obs.:</b> Este quesito não se refere às exigências	

contidas na Lei de Transparência (Lei Complementar 131/2009).", para distinguir entre Lei de Transparência (LC 131/2009) e Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	
---	--

QUESITOS	PONTUAÇÕES
7. O PDTI é divulgado na Internet?	SIM – 05
	NÃO – 00
	Não possui PDTI - 00
8. Os dados e documentos relativos a contratos de processos licitatórios são divulgados na Internet?	SIM – 05
	NÃO – 00
9. Os dados relativos à transparência na gestão fiscal (planejamento, execução orçamentária, arrecadação de tributos etc.) são divulgados na internet, nos termos do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal?	SIM – Selecione os instrumentos divulgados na Internet: – 05 <input type="checkbox"/> Planos <input type="checkbox"/> Orçamentos <input type="checkbox"/> LDO <input type="checkbox"/> Prestações de Contas e respectivos pareceres prévios <input type="checkbox"/> RREO e sua versão simplificada <input type="checkbox"/> RGF e sua versão simplificada
	NÃO – 00
10. Sobre as compras públicas (licitações) que tenham como objeto equipamentos de TI, softwares ou serviços que envolvam a Tecnologia da Informação, responda:	Há participação do pessoal de TI no processo de compra (especificação técnica, comissão de julgamento, recebimento do objeto) – 08
	Não há pessoal de TI envolvido no processo de compra – 00
11. Sobre os dados da Dívida Ativa da prefeitura municipal, responda:	Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência direta do município – 08
	Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência indireta do município, ou seja, está em sistemas terceirizados – 05
	Os dados não possuem registros eletrônicos – 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES
12. Sobre os dados do IPTU do município, responda:	Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência direta do município – 08
	Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência indireta do município, ou seja, está em sistemas terceirizados – 05
	Os dados não possuem registros eletrônicos – 00
13. Sobre a arrecadação tributária municipal, no que diz respeito ao ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), responda:	A prefeitura possui nota fiscal eletrônica (NFE) e os dados de contribuintes estão em sua posse direta – 08.
	A prefeitura possui nota fiscal eletrônica (NFE) e os dados de contribuintes estão em sua posse indireta, ou seja, gerenciados ou administrados por empresas terceirizadas – 05.
	Não foi implantada a NFE – 00
14. Sobre compras públicas (licitações) que tenham por objetivo desenvolvimento, melhoria ou manutenção de software, responda qual métrica é utilizada para determinar o tamanho do software (e consequentemente o prazo e custo):	É utilizada a métrica de Pontos de Função
	Existe uma métrica, mas não é Pontos de Função
	Não existe métrica
	Não houve licitações de software
15. Os dados e documentos relativos a editais dos processos licitatórios são divulgados na Internet?	SIM – 03
	NÃO – 00



QUESITOS	PONTUAÇÕES
16. Há uso de tecnologia (internet) para as modalidades de licitação (compras eletrônicas)?	SIM – 06
	NÃO – 00
17. Os sistemas e softwares disponibilizados são divulgados aos usuários e eles recebem treinamento adequado para a utilização dos mesmos?	Sim, é divulgado e há treinamento-06
	Sim, é divulgado, mas não há treinamento– 02
	Sim, há treinamento, mas não há divulgação– 02
	Não– 00
18. O município possui legislação municipal que trata de Acesso à Informação?	SIM
	NÃO
19. Os dados relativos a atas da comissão de licitação de processos licitatórios são divulgados na Internet?	SIM – 03
	NÃO – 00
20. Que tecnologia (internet) é utilizada para as modalidades de licitação (compras eletrônicas)?	Sistema Próprio
	Banco do Brasil
	ComprasNet
	Outros: Especifique:

QUESITOS	PONTUAÇÕES
21. O município dá pleno conhecimento e possibilita o acompanhamento pela sociedade, em tempo real, das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público, nos termos do art. 48-A da LRF?	<p>SIM</p> <p>Quais informações?</p> <p>( ) atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa e da sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;</p> <p>( ) do lançamento e do recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.</p> <p>NÃO</p>

TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão de Governança de TI
Pontos máximos: 100 Pontos mínimos: 000	i-GOV TI: 05/100 – 0,05 (5%)

**FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL**  
**i-GOV TI = (Somatório dos indicadores)/100**

# 7.

## Composição final do IEGM

**T**ambém neste segundo ano de apuração do IEGM, a participação das prefeituras é obrigatória.

A responsabilidade pelas respostas e pelo encaminhamento dos questionários, somente na forma eletrônica, é dos órgãos executivos, que devem observar os prazos e os

procedimentos estabelecidos na **Deliberação TCE-RJ nº 271/17** e normativos pertinentes.

As respostas aos quesitos passíveis de comprovação com evidências deverão ser validadas pelo responsável pelo órgão central de controle interno, em observação ao disposto no art. 53, inciso IV, da Lei Complementar nº 63/90, mediante a emissão de certificado de validação.

Como o IEGM é um indicador perene, apresentando seus resultados anualmente, nesta amostra os resultados serão apresentados em cinco faixas, evitando-se assim a exposição numérica de ranking.

### MÉTRICA DE CÁLCULO DO IEGM

#### MODELO MATEMÁTICO

$$\text{IEGM} = (i\text{-EDUC} \times 20 + i\text{-SAÚDE} \times 20 + \\ i\text{-PLANEJAMENTO} \times 20 + i\text{-FISCAL} \times 20 + i\text{-AMB} \times 10 + \\ i\text{-CIDADE} \times 5 + i\text{-GOV TI} \times 5) / 100$$

# 8.

## Faixas de resultados

As faixas de resultado são a representação por notas (A, B+, B, C+ e C) e de forma gráfica dos enquadramentos das prefeituras frente às dimensões auditadas pelo resultado final do IEGM.

Cada faixa é caracterizada da seguinte forma:

**NOTA A:** ALTAMENTE EFETIVA;

**NOTA B+:** MUITO EFETIVA;

**NOTA B:** EFETIVA;

**NOTA C+:** EM FASE DE ADEQUAÇÃO;

**NOTA C:** BAIXO NÍVEL DE ADEQUAÇÃO.

**OBSERVAÇÃO:** a proposta do IEGM é avaliar a efetividade da gestão municipal como um todo, sem estimular a exclusiva atenção do gestor público para apenas uma ou algumas das dimensões analisadas. Seu objetivo é demonstrar, naturalmente, as áreas que demandam maior qualidade nos gastos públicos, porém a gestão municipal altamente efetiva é aquela que considera todos os aspectos do bem-estar social. Considerando que 3 (três) dos índices componentes possuem peso ponderado menos relevante na composição do IEGM (i-Amb, i-Cidade e i-GOV TI), resultados menos expressivos nessas esferas não implicariam uma redução significativa do Índice Final, porém denotariam uma gestão municipal menos ampla. Diante disso, a faixa “A – Altamente Efetiva” é reservada para os municípios que apresentarem regularidade em seus resultados além de IEGM acima de 90% da nota máxima, verificada pela existência de ao menos 5 (cinco) índices componentes na faixa “A – Altamente Efetiva”.

As notas obedecerão aos seguintes critérios:

Notas	Critérios
A	IEGM com pelo menos 90% da nota máxima e ao menos 5 (cinco) índices componentes com nota A
B+	IEGM entre 75% e 89,99% da nota máxima
B	IEGM entre 60% e 74,99% da nota máxima
C+	IEGM entre 50% e 59,99% da nota máxima
C	IEGM menor ou igual a 49,99%

## EXEMPLO DE APLICAÇÃO DAS FAIXAS DE RESULTADO PARA O IEGM

NOTAS	FAIXAS	PREFEITURAS
A	ALTAMENTE EFETIVA	Prefeitura do Município A; Prefeitura do Município B;
B+	MUITO EFETIVA	Prefeitura do Município C; Prefeitura do Município D; Prefeitura do Município E;
B	EFETIVA	Prefeitura do Município F; Prefeitura do Município G;
C+	EM FASE DE ADEQUAÇÃO	Prefeitura do Município H; Prefeitura do Município I;
C	BAIXO NÍVEL DE ADEQUAÇÃO	Prefeitura do Município J; Prefeitura do Município K;

**OBSERVAÇÃO:** O mesmo modelo é aplicável a cada um dos índices temáticos. As faixas de resultado podem apresentar alternância de posição das prefeituras em razão das pontuações em cada um dos temas auditados e de seu peso na composição do IEGM.

# 9.

## Regras das faixas de resultado

Com o objetivo de permitir maior controle da efetividade do município, ajustado pelos modelos matemáticos aplicados, e considerando a necessidade de implemento de controles constitucionais e legais no IEGM, ficam observadas as seguintes regras para aplicação das faixas de resultado:

- I) **IEGM: NOTA A – FAIXA ALTAMENTE EFETIVA** - o município deve possuir pelo menos 05 (cinco) notas A;
- II) **DIMINUIÇÃO DE 01 (UM) GRAU NA NOTA GERAL DO IEGM:** quando não ocorrer o atingimento da aplicação de 25% na Educação;
- III) **ÍNDICE COMPONENTE - REALOCAÇÃO PARA A FAIXA DE RESULTADO DE NOTA C – BAIXO NÍVEL DE ADEQUAÇÃO:** quando não observar o contido do artigo 29-A da Constituição Federal.

# 10.

## Considerações Finais

A Aplicação do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro em todos os municípios sob a sua jurisdição é fruto da adesão do TCE-RJ à Rede Nacional de Indicadores Públicos (Indicon), instrumento criado pelo Instituto Rui Barbosa – IRB ([irbcontas.org.br](http://irbcontas.org.br)).

O modelo conta com o apoio técnico da Divisão de Auditoria Eletrônica do TCE-SP e da Superintendência de Controle Externo do TCE-MG.

Essa iniciativa tem como objetivo verificar se os objetivos dos municípios foram alcançados de forma efetiva e, com isso,

oferecer elementos importantes para auxiliar e subsidiar a ação fiscalizatória exercida pelo controle externo e favorecer o aprimoramento das ações de controle social.

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro reserva para si o direito de substituir informações fornecidas pelos jurisdicionados por dados por estes declarados a fontes oficiais de informação, tanto para o cálculo do Índice, quanto para a formulação de análises estatísticas a este ligadas, caso não sejam observadas consistência das evidências apresentadas.

Estabelece normas relativas ao encaminhamento de informações que permitam a apuração de índices de efetividade da gestão pública, e acrescenta o inciso X, no artigo 3º, da Deliberação TCE-RJ nº 199, de 23 de janeiro de 1996.

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, especialmente nos termos do Art. 115, I, c, do Regimento Interno, aprovado pela Deliberação TCE-RJ nº 167, de 10 de dezembro de 1992 e,

**CONSIDERANDO** a adesão deste Tribunal de Contas ao Acordo de Cooperação Técnica e Operacional nº 001/2016 junto ao Instituto Rui Barbosa – IRB, que dispõe sobre o estabelecimento da Rede Nacional de Indicadores Públicos – REDE INDICON;

**CONSIDERANDO** que a efetividade da gestão pública depende da implantação de indicadores e índices para a verificação da qualidade dos gastos públicos;

**CONSIDERANDO** que a implantação de indicadores e índices de gestão permitirá tanto ao Tribunal de Contas, quanto aos entes fiscalizados, medir e acompanhar o desenvolvimento e os resultados da gestão pública e instrumentalizar o controle social;

**CONSIDERANDO** que a qualidade dos gastos públicos deve ser o principal objetivo no uso dos recursos públicos;

**CONSIDERANDO** que a apuração de índices de efetividade da gestão pública indicam os setores que merecem maior atenção do gestor público, colaborando para o aperfeiçoamento das ações governamentais,

**DELIBERA:**

Art. 1º Os órgãos executivos dos entes sob a jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro deverão responder, em caráter obrigatório, aos questionários para a apuração de índices de efetividade da gestão, anexando evidências comprobatórias quando couber.

§1º A aplicação e o encaminhamento do questionário ao TCE-RJ dar-se-á, exclusivamente, na forma eletrônica.

§2º Os questionários, os prazos e os procedimentos serão estabelecidos em ato a ser expedido pelo Presidente do Tribunal.



Art. 2º As respostas aos quesitos passíveis de comprovação com evidências deverão ser validadas pelo responsável pelo órgão central de controle interno, em observação ao disposto no Art. 53, inciso IV, da Lei Complementar nº 63/90, mediante a emissão de certificado seguindo o modelo proposto pelo Anexo Único desta deliberação.

Parágrafo único. A partir do exercício de 2018, ano-base 2017, o certificado de validação das respostas deverá integrar as prestações de contas de governo.

Art. 3º Fica incluído o inciso X no artigo 3º da Deliberação TCE-RJ nº 199, de 23 de janeiro de 1996, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 3º  
[...]*

*X – certificado de validação de que trata o Art. 2º da Deliberação TCE-RJ nº 271/17 (NR).*

Art. 4º Caberá à Secretaria-Geral de Planejamento do Tribunal de Contas a coordenação da aplicação do questionário, a orientação e treinamento, a apuração dos indicadores e dos índices, a análise dos resultados e a elaboração dos relatórios.

Parágrafo único. A Secretaria-Geral de Controle Externo, a Escola de Contas e Gestão e a Diretoria Geral de Informática deverão apoiar a Secretaria-Geral de Planejamento na execução do determinado no *caput* deste artigo.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 16 de maio de 2017.

**MARIANNA MONTEBELLO WILLEMANN**  
Conselheira do TCE-RJ (Presidente Interina)

**NOTA:**

- Publicado no DORJ de 19.05.17.

## ANEXO ÚNICO

# CERTIFICADO DE VALIDAÇÃO

Ref.: Deliberação TCE-RJ nº 271/17

Após proceder ao exame dos quesitos presentes no questionário para apuração do índice de efetividade da gestão pública, e à análise da adequação entre as respostas apresentadas e as respectivas evidências, certifico que as mesmas são suficientes, relevantes, válidas e confiáveis para subsidiar a elaboração do referido índice atinente ao exercício \_\_\_\_\_, ano-base \_\_\_\_\_.

<<local>>, <<data por extenso>>.

---

Nome do órgão de controle interno  
Nome do responsável pelo órgão de controle interno  
Matrícula  
CPF:

Dispõe sobre a aplicação do Índice de Efetividade da Gestão Municipal - IEGM, ciclo 2017.

A Presidente Interina do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso de suas atribuições legais, na forma do previsto no art. 143, inciso III, do Regimento Interno, aprovado pela Deliberação TCE-RJ no. 167, de 10 de dezembro de 1992, e art. 1º, § 2º, da Deliberação TCE-RJ nº 271 de 16 de maio de 2017;

**CONSIDERANDO** a adesão deste Tribunal de Contas ao Acordo de Cooperação Técnica e Operacional nº 001/2016 junto ao Instituto Rui Barbosa – IRB, que dispõe sobre o estabelecimento da Rede Nacional de Indicadores Públicos – REDE INDICON - e cuja finalidade é compartilhar instrumentos de medição do desempenho da gestão pública, por meio de um indicador padrão que é o Índice de Efetividade da Gestão Municipal-IEGM;

**CONSIDERANDO** a Deliberação TCE-RJ nº 271 de 16 de maio de 2017, que estabelece normas relativas ao encaminhamento de informações que permitam a apuração de índices de efetividade da gestão pública, e acrescenta o inciso X, no artigo 3º, da Deliberação TCE-RJ nº 199, de 23 de janeiro de 1996;

**CONSIDERANDO** que a implantação do Índice de Efetividade da Gestão Municipal - IEGM permitirá tanto ao Tribunal de Contas, quanto aos municípios jurisdicionados, medir e acompanhar o desenvolvimento da gestão pública e instrumentalizar o controle social, ratificando o objetivo estratégico de “fortalecer a integração com as instituições de controle e a sociedade”,

**RESOLVE:**

Art. 1º O Índice de Efetividade da Gestão Municipal - IEGM será aplicado, em 2017 (Ano Base 2016), em todos os municípios jurisdicionados do TCE-RJ, por meio de questionários eletrônicos.

§1º O Índice de Efetividade da Gestão Municipal - IEGM proporciona instrumentos para avaliar 07 (sete) das principais dimensões de políticas públicas, quais sejam: educação, saúde, planejamento, gestão fiscal, meio ambiente, cidades protegidas e governança em tecnologia da informação, permitindo a autoavaliação dos jurisdicionados nessas importantes áreas de gestão.

Art. 2º A responsabilidade pelo envio dos questionários eletrônicos do IEGM é do Chefe do Poder Executivo Municipal, após certificação do responsável pelo Órgão Central de Controle Interno do Município.

§1º O certificado emitido pelo Órgão Central de Controle Interno, o qual será encaminhado junto à Prestação de Contas Anual, no ano subsequente ao Ciclo, deverá atender ao modelo proposto no Anexo Único da Deliberação TCE-RJ nº 271 de 16 de maio de 2017.

§2º A certificação pressupõe a verificação da consistência das evidências coletadas pelos responsáveis pelo preenchimento dos questionários, as quais ficarão arquivadas no Órgão Central de Controle Interno, para posterior validação pelo TCE-RJ, não sendo necessária sua prévia remessa a esta Corte de Contas.

Art. 3º A integração do município no resultado da pesquisa IEGM fica condicionada ao preenchimento integral dos questionários eletrônicos nas 07 (sete) dimensões.

Art. 4º O preenchimento eletrônico dos questionários do IEGM ocorrerá no prazo de 29 de maio a 23 de junho de 2017, sendo acessível a partir do *site* do TCE-RJ, Seção Transparência / Municípios / IEGM (<http://www.tce.rj.gov.br/iegm>), opção Questionários.

Parágrafo único. Os códigos de acesso aos questionários serão encaminhados, através de Ofício da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 5º As dúvidas e questionamentos deverão ser encaminhados ao endereço eletrônico <iegm\_suporte@tce.rj.gov.br> ou através do *site* do TCE-RJ, Seção Transparência / Municípios / IEGM, opção Fale Conosco.

Art. 6º Este Ato Normativo entrará em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 24 de maio de 2017.

MARIANNA MONTEBELLO WILLEMAN  
Conselheira do TCE-RJ (Presidente Interina)

#### **NOTA**

- Publicado no DORJ em 26.05.2017.